

Maurice Halbwachs

↓
A
Memória
Coletiva

Tradução de Beatriz Sidou



História e Memória

Nota sobre esta tradução

Esta é uma tradução daquela primeira edição publicada em 1950. Decidimos não usar os subtítulos, já que não são do autor. Mantivemos a organização desta edição com o Prefácio de J. Duvignaud, a Introdução e a Advertência de J.-Michel Alexandre. “A memória musical entre os músicos” também entra, da mesma forma, como Anexo.

Os títulos de livros foram traduzidos, com raras exceções, porque no original não constam dados bibliográficos completos. De que adianta saber que a citação é da página “228” se não se sabe de que edição, editora, cidade, ano e assim por diante? Em todo caso, são obras conhecidas, muitas traduzidas para o português (embora em parte das edições já esgotadas), e os autores de modo geral são conhecidos, como Durkheim, por exemplo, embora alguns estejam esquecidos ou quase esquecidos, não resistiram ao tempo.

A tradução é fiel. Em raros pontos, dois, três ou quatro, como no original, extraído de fragmentos deixados pelo autor, há “buracos” — que estão marcados por reticências (v. Introdução de J.-M. Alexandre); uma ou duas sentenças incompreensíveis estão indicadas com um *sic*, exatamente como no original usado para a tradução.

B.S., tradutora

Capítulo I

Memória individual e memória coletiva

Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós. O primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso. Quando diz: “não acredito no que vejo”, a pessoa sente que nela coexistem dois seres — um, o ser sensível, é uma espécie de testemunha que vem depor sobre o que viu, e o *eu* que realmente não viu, mas que talvez tenha visto outra e talvez tenha formado uma opinião com base no testemunho de outros. Assim, quando voltamos a uma cidade em que já havíamos estado, o que percebemos nos ajuda a reconstituir um quadro de que muitas partes foram esquecidas. Se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências.

Claro, se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas. Quando voltamos a encontrar um amigo de quem a vida nos separou, inicialmente temos de fazer algum esforço para retomar o contato com ele. Entretanto, assim que evocamos juntos diver-

PRESENTE
PASSADO

sas circunstâncias de que cada um de nós lembramos (e que não são as mesmas, embora relacionadas aos mesmos eventos), conseguimos pensar, nos recordar em comum, os fatos passados assumem importância maior e acreditamos revivê-los com maior intensidade, porque não estamos mais sós ao representá-los para nós. Não os vemos agora como os víamos outrora, quando ao mesmo tempo olhávamos com os nossos olhos e com os olhos de um outro.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. Chego à Londres pela primeira vez e por ali passeio em muitas ocasiões, ora com um companheiro, ora com outro. Ora, um arquiteto, que atrai minha atenção para as edificações, suas proporções, sua disposição. Ora com um historiador, de quem fico sabendo que essa rua foi traçada em tal época, que essa casa viu nascer uma personalidade conhecida, que aqui ou ali ocorreram incidentes dignos de nota. Com um pintor, tenho minha sensibilidade voltada para os matizes dos parques, a linha dos palácios, das igrejas, os jogos de luz e sombra nas paredes, nas fachadas da abadia de Westminster e nas do Templo, à beira do Tâmesa. Um comerciante, homem de negócios, me arrasta pelas ruas populosas do centro, me detém diante das lojas, das livrarias, dos grandes estabelecimentos comerciais. Contudo, mesmo não tendo caminhado ao lado de alguém, bastaria que eu houvesse lido as descrições da cidade, compostas por todos esses variados pontos de vista, bastaria que alguém me houvesse aconselhado a ver tais ou quais aspectos dela ou, ainda mais simplesmente, que eu houvesse estudado seu mapa. Suponhamos que eu passeie sozinho. Será que se poderá dizer que deste passeio guardarei apenas lembranças individuais, só minhas? Contudo, apenas em aparência passeei sozinho. Passando diante de Westminster, pensei no que me havia dito meu amigo historiador (ou, o que dá no mesmo, no que li sobre a abadia em alguma história). Ao atravessar uma ponte, pensei no efeito de perspectiva que

meu amigo pintor apontara (ou que havia chamado minha atenção em um quadro, em alguma gravura). Eu me guiava referindo-me em pensamento ao mapa. A primeira vez que estive em Londres, diante de Saint-Paul ou da Mansion House — a residência do prefeito, no Strand ou pelos arredores do Tribunal da Justiça, muitas impressões me faziam lembrar os romances de Dickens lidos na infância: eu passeava pela cidade com Dickens. Em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estivesse sozinho, que estivesse refletindo sozinho, pois em pensamento eu me situava neste ou naquele grupo, o que eu compunha com o arquiteto e com as pessoas a quem ele servia de intérprete junto a mim, ou com o pintor (e seu grupo), com o geômetra que desenhou o mapa, com um romancista. Outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mais do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto para elas, por um instante adoto seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois experimento ainda sua influência e encontro em mim muitas das idéias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho, pelas quais permaneço em contato com elas.

Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível.

Aliás, eles não seriam suficientes. Uma ou muitas pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso. Examinemos, por exemplo, um fato cuja realidade é indiscutível. Alguém nos traz provas seguras de que tal evento ocorreu, de que estivemos presentes e dele participamos ativamente. Não obstante, a cena continua estranha para nós, como se outra pessoa houvesse desempenhado nosso papel nesta situação. Para retomar um exemplo que temos à nossa frente, em nossa vida há certos acontecimentos marcantes. Com certeza, houve um dia em que pela primeira vez entrei na escola primária, um dia em que pela

TESTEMUNHO
NÃO
BASTA

primeira vez entrei numa sala de aula, no quarto ano, no terceiro etc. Contudo, embora possa localizar esse fato no tempo e no espaço, ainda que meus pais ou amigos me façam dele uma descrição exata, eu me vejo diante de um dado abstrato ao qual me é impossível correlacionar qualquer lembrança viva: não me lembro de nada. Também não reconheço um determinado local por onde certamente passei uma ou muitas vezes, tal pessoa que devo ter encontrado. Não obstante, esses testemunhos existem. Seria seu papel inteiramente acessório e complementar, servindo apenas para situar e completar minhas lembranças, mas apenas se estas aparecerem primeiro, ou seja, que se tenham conservado em meu espírito? Nisso não há nada que possa nos surpreender. Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena em que havia outros espectadores ou atores para que, mais tarde, quando estes a evocarem à minha frente, quando reconstituírem cada pedaço de sua imagem em meu espírito, esta composição artificial subitamente se anime e assuma figura de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança. É comum que imagens desse tipo, impostas pelo meio em que vivemos, modifiquem a impressão que guardamos de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. Essas imagens talvez não reproduzam muito exatamente o passado, o elemento ou a parcela de lembrança que antes havia em nosso espírito talvez seja uma expressão mais exata do fato — a algumas lembranças reais se junta uma compacta massa de lembranças fictícias. Inversamente, pode acontecer que os testemunhos de outros sejam os únicos exatos, que eles corrijam e rearranjam a nossa lembrança e ao mesmo tempo se incorporem a ela. Em um e outro caso, quando as imagens se fundem muito estreitamente com as lembranças e parecem tomar sua substância emprestada a estas, é porque a nossa memória não estava como uma *tabula rasa*, e nós nos sentíamos capazes de nelas distinguir, por nossas próprias forças, como num espelho turvo, alguns traços e alguns contornos (talvez ilusórios) que a imagem do passado nos trazia. Assim como é preciso introduzir um germe em um meio saturado para que ele cristalize, o mesmo acontece neste conjunto de testemunhas exteriores a nós, temos de trazer uma espécie de semente da rememoração a este conjunto de testemunhos exteriores

TESTEMUNHAS
ALTERAM
LEMBRANÇAS

TABULA
RASA

a nós para que ele vire uma consistente massa de lembranças. Ao contrário, quando uma cena parece não ter deixado nenhum traço em nossa memória, se na ausência dessas testemunhas nos sentimos completamente incapazes de reconstruir qualquer parte dela, os que um dia a descreverem poderão até nos apresentar um quadro muito vivo da cena — mas este jamais será uma lembrança.

Todavia, quando dizemos que o depoimento de alguém que esteve presente ou participou de certo evento não nos fará recordar nada se não restou em nosso espírito nenhum vestígio do evento passado que tentamos evocar, não pretendemos dizer que a lembrança ou parte dela devesse subsistir em nós da mesma forma, mas somente que, como nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum com relação a certos aspectos, permanecemos em contato com esse grupo e ainda somos capazes de nos identificar com ele e de confundir o nosso passado com o dele. Também poderíamos dizer: é preciso que a partir de então não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar na qualidade de membro do grupo, do qual esse testemunho e nós fazemos parte — ou seja, colocando-nos em seu ponto de vista, e usando todas as idéias comuns a seus membros. Veja, por exemplo, um professor que durante dez ou quinze anos deu aulas em uma escola. Um dia encontra um de seus antigos alunos e mal o reconhece. O aluno fala de seus colegas daquela época. Recorda os lugares que ocupavam nos bancos da sala de aula. Evoca muitos fatos da vida escolar que ocorreram com aquela turma, naquele ano, o sucesso desses ou daqueles, as esquisitices e as travessuras de outros, tais partes do curso, tais explicações que impressionaram ou interessaram os alunos. Pode muito bem acontecer que o professor não tenha guardado nenhuma lembrança de tudo aquilo. Contudo, o aluno não se engana. Ele tem aliás a certeza de que naquele ano, em todos os dias daquele ano, o professor teve muito presente no espírito o quadro que lhe apresentava o conjunto dos alunos e também a fisionomia de cada um deles, e todos esses acontecimentos ou incidentes que modificam, aceleram, rompem ou desaceleram o ritmo da vida da turma, e fazem com que esta tenha uma história. Como esqueceu tudo aquilo? E como é que, afora pouquíssimas reminis-

Professor
Alunos

ciências muito vagas, as palavras do antigo aluno não despertam em sua memória nenhum eco de outrora? Isso acontece porque o grupo que constitui uma turma é essencialmente efêmero, pelo menos quando pensamos que a classe compreende o mestre ao mesmo tempo que os alunos, e não é mais a mesma quando os alunos, talvez os mesmos, passam de ano e se reencontram em outra sala, em outros bancos. Terminado mais um ano, os alunos se dispersam, e essa turma definida e particular nunca mais se formará de novo. Todavia, é preciso fazer uma distinção. Para os alunos, a turma ainda viverá por algum tempo — pelo menos terão com frequência oportunidade de pensar nela e dela se recordarem. Como eles têm quase a mesma idade, pertencem talvez ao mesmo ambiente social, não esquecerão de se terem aproximado sob o mesmo professor. As noções que este lhes transmitiu têm sua marca — muitas vezes, quando voltarem a pensar naquilo, através e além dessa noção, discernirão o mestre que o revelou para eles, e os companheiros de turma que a receberam ao mesmo tempo. Para o professor, tudo será diferente. Quando estava na sala de aula, ele exercia sua função — o aspecto técnico de sua atividade não tem relação com tal turma mais do que com qualquer outra. De fato, enquanto a cada ano um professor repete o mesmo curso, cada um de seus anos de ensino não se opõe tão claramente a todos os outros quanto para os alunos se opõe cada um dos anos de escola primária, por exemplo. Novidades para os alunos, seu ensino, suas exortações, suas reprimendas, até mesmo suas demonstrações de simpatia por um deles, seus gestos, seu sotaque, até suas brincadeiras, talvez não representem para ele senão uma série de atos e maneiras de ser costumeiras, resultantes de sua profissão. Nada de tudo isso pode criar um conjunto de lembranças que se relacione mais a uma turma do que a qualquer outra. Não existe nenhum grupo duradouro do qual o professor continue a fazer parte, ao qual tenha oportunidade de voltar a pensar de um ponto de vista no qual possa situar-se novamente, com o qual recordar o passado.

É exatamente assim em todos os casos em que outros reconstroem para nós eventos que vivemos com eles, sem que pudéssemos recriar em nós a sensação do *déjà vu*. Entre esses fatos, os que neles estavam envolvidos, em nós há uma descontinuidade, não ape-

nas porque o grupo no seio do qual nós os percebíamos materialmente já não existe, mas porque não pensamos mais nele e não temos nenhum meio de reconstruir sua imagem. Cada um dos membros daquela sociedade era definido para nós por seu lugar no conjunto dos outros e não por suas relações com outros ambientes, que ignorávamos. Todas as lembranças que poderiam ter origem dentro da turma se apoiavam uma na outra e não em recordações exteriores. Assim, por força das circunstâncias, a duração de uma memória desse tipo estava limitada à duração do grupo. No entanto, quando subsistem testemunhos, quando, por exemplo, antigos alunos se lembram e podem tentar lembrar ao professor algo que este não lembra, é porque na turma, com alguns colegas, ou fora da classe, com os pais, eles formavam pequenas comunidades mais reduzidas, ainda assim mais duradouras, a que interessavam os acontecimentos da turma; essas sociedades menores também repercutiam e deixavam traços nas lembranças. O professor delas estava excluído ou, no mínimo, quando os membros dessas sociedades o abrangiam, ele mesmo não sabia disso.

Em sociedades de qualquer natureza que os homens formem entre si, quantas vezes não acontece que um deles deixe de ter uma idéia exata do lugar que ocupa no pensamento dos outros — de quantos mal-entendidos e desilusões tal diversidade de pontos de vista não será a fonte? Na ordem das relações afetivas, em que a imaginação desempenha um papel desse tipo, um ser humano que é muito amado e que ama moderadamente muitas vezes só se dá conta tarde demais ou talvez jamais se dê conta da importância que foi atribuída às suas menores ações, às suas palavras mais insignificantes. O que mais amou um dia recordará ao outro declarações e promessas, das quais este não guardou nenhuma lembrança. Nem sempre isto é consequência da inconstância, da infidelidade, da superficialidade — mas porque ele estava bem menos envolvido do que o outro na sociedade que os dois formavam, que se baseava num sentimento desigualmente partilhado. Vejamos outro exemplo: um homem muito piedoso, cuja vida foi simplesmente edificante e que foi santificado depois da morte, muito se surpreenderia se voltasse à vida e pudesse ler sua própria lenda — composta com a ajuda de

CASAL
+ MEMÓRIA

PERSONS
SEMPRE NO
PROBLEMA

AKIES
PATRICK GILK
BROOKLYN
Y
GILK
SONG
AFUSA

Tudo acontece como naquelas amnésias patológicas relacionadas a um conjunto muito definido e limitado de lembranças. Já foi constatado que às vezes, logo depois de um choque cerebral, esquecemos o que aconteceu durante todo um período, em geral anterior ao choque, remontando a certa data, mas nos lembramos de todo o resto. Ou então esquecemos toda uma categoria de lembranças da mesma ordem, qualquer que seja a época em que as adquirimos: por exemplo, tudo o que sabíamos de uma língua estrangeira, e de uma apenas. Do ponto de vista fisiológico, isto parece explicar-se não pelo fato de que as lembranças de um mesmo período ou de uma mesma espécie estariam localizadas em determinada parte do cérebro, que seria a única lesada, mas a função cerebral da lembrança deve ter sido atingida em seu conjunto. O cérebro deixa então de realizar determinadas operações, e apenas essas — assim como durante algum tempo um organismo enfraquecido não é mais capaz de caminhar, de falar, ou de assimilar alimentos, embora subsistam todas as suas outras funções. Em todo caso, também se poderia dizer que o atingido foi a faculdade *em geral* de entrar em relacionamento com os grupos de que se compõe a sociedade. Nós nos afastamos então de um ou de alguns dentre eles e apenas desses. Todo o conjunto de lembranças que temos em comum com eles desaparece bruscamente. Esquecer um período da vida é perder o contato com os que então nos rodeavam. Esquecer uma língua estrangeira é não estar mais em condições de compreender os que se dirigiam a nós nesta língua, quer fossem pessoas vivas e presentes, quer autores cujas obras liamos. Quando pensamos nessas pessoas ou nesses autores, adotamos uma atitude definida, assim como temos

uma determinada atitude na presença de qualquer grupo de seres humanos. Não depende mais de nós adotar essa atitude e nos voltarmos para este grupo. Podemos agora encontrar alguém que nos assegure que aprendemos muito bem essa língua e, folheando nossos livros e cadernos, a cada página encontraremos provas concretas de que traduzimos esse texto e que sabíamos aplicar essas regras. Nada disso bastará para restabelecer o contato interrompido entre nós e todos aqueles que se expressam ou que escreveram nessa língua. Já não temos a força de atenção suficiente para manter o contato com este grupo e ao mesmo tempo com outros, aos quais certamente estamos mais ligados, mais recentemente. Por outro lado, não há motivo para nos surpreendemos pelo fato de se diluírem e se anularem todas essas lembranças ao mesmo tempo. Elas formam um sistema independente, por serem lembranças de um mesmo grupo ligadas umas às outras, de alguma forma apoiadas umas sobre as outras, porque esse grupo se distingue claramente de todos os outros — embora possamos estar ao mesmo tempo em todos estes e fora daquele. De modo talvez menos brusco e menos brutal e na ausência de quaisquer problemas patológicos, pouco a pouco nos isolamos de certos meios que não nos esquecem, dos quais conservamos apenas uma vaga lembrança. Ainda podemos definir em termos gerais os grupos aos quais nos misturamos em algum momento da vida — mas eles já não nos interessam, porque no presente tudo nos distancia deles.

Viagem
e grupo

Suponhamos agora que tenhamos feito uma viagem com um grupo de companheiros que desde então não tivemos oportunidade de rever. Nosso pensamento estava ao mesmo tempo muito perto e muito longe deles. Conversávamos. Com eles nos interessávamos por detalhes da estrada e dos diversos incidentes da viagem. Ao mesmo tempo, nossas reflexões individuais seguiam um curso que a eles escapava. Trazíamos conosco idéias e sentimentos originados em outros grupos, reais ou imaginários; interiormente nos entretínhamos com outras pessoas e, percorrendo essa região, nós a povoávamos em pensamento com outros seres: tal lugar, tal circunstância agora assumiam para nós um valor que não poderiam ter para os que nos acompanhavam. Mais tarde, um dia talvez deparemos com

um deles, que fará alusão a particularidades dessa viagem das quais se lembra e das quais deveríamos nos lembrar se houvéssomos mantido contato com os que a fizeram conosco e que, entre si, muitas vezes falaram sobre ela. Esquecemos tudo o que ele evoca e inutilmente se esforça por nos fazer lembrar. Em compensação, lembraremos o que sentíamos então, sem que os outros soubessem, como se este gênero de lembrança houvesse marcado sua impressão mais profundamente em nossa memória porque dizia respeito exclusivamente a nós. Neste caso, por um lado os testemunhos dos outros serão incapazes de reconstituir a lembrança que apagamos, e por outro, aparentemente sem o apoio dos outros nos lembraremos de impressões que não comunicamos a ninguém.

Será que por isso a memória individual, diante da memória coletiva, é uma condição necessária e suficiente da recordação e do reconhecimento das lembranças? De modo algum, pois se esta primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível reencontrá-la, é porque há muito tempo não fazemos parte do grupo na memória do qual ela se mantinha. Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazemos recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. Que importa que os outros estejam ainda dominados por um sentimento que outrora experimentei com eles e já não tenho? Não posso mais despertá-lo em mim porque há muito tempo não há mais nada em comum entre mim e meus antigos companheiros. Não é culpa da minha memória nem da memó-

ria deles. Desapareceu uma memória coletiva mais ampla, que ao mesmo tempo compreendia a minha e a deles. Da mesma forma, às vezes pessoas que se aproximaram por necessidades de uma obra comum — seu devotamento a um dentre eles, a influência de alguém, uma preocupação artística e assim por diante — se separaram em seguida em muitos grupos: cada um destes é limitado demais para reter tudo o que ocupou o pensamento do partido, do cenáculo literário, da assembléia religiosa que envolveu a todos num momento passado. Eles também se prendem a um aspecto deste pensamento e conservam apenas uma parte dessa atividade no pensamento. Por isso, muitos quadros do passado comum não coincidem e nenhum deles é verdadeiramente exato. Realmente, a partir do momento em que se separaram, nenhum deles pode reproduzir todo o teor do pensamento antigo. Agora, se dois desses grupos voltam a entrar em contato, o que lhes falta precisamente para se compreender, se entender e confirmar mutuamente as lembranças desse passado de vida comum, é a faculdade de esquecer as barreiras que os separam no presente. Pesa entre eles um mal-entendido, como a dois homens que se encontram de novo e que já não falam a mesma língua, como se diz. O fato de guardarmos a lembrança de impressões que nenhum de nossos companheiros na época pôde conhecer, também não constitui uma prova de que a nossa memória pode bastar e nem sempre tem necessidade de se basear na dos demais. Suponhamos que no momento em que partimos em viagem na companhia de amigos, nos encontrássemos sob o choque de uma viva preocupação que eles ignoravam: absorvemos por uma idéia ou um sentimento, tudo o que atingia nossos olhos ou nossos ouvidos a isto se relacionava: alimentávamos o pensamento secreto com tudo o que pudesse estar relacionado àquilo, no campo de nossa percepção. Tudo então acontecia como se não houvéssemos deixado mais ou menos distanciado o grupo de seres humanos ao qual nos prendiam nossas reflexões; a esse grupo incorporávamos todos os elementos do novo ambiente que ele pudesse assimilar — a este meio, pensado em si e do ponto de vista de nossos companheiros, nos agarrávamos pela parte mais frágil de nós mesmos. Não se pode dizer que nos situaremos no

ponto de vista dos que fizeram a viagem conosco quando pensar-mos nessa viagem, mais tarde. Não nos lembraremos deles senão na medida em que suas pessoas estivessem compreendidas no contexto de nossas preocupações. Por isso, quando entramos pela primeira vez em um quarto ao cair da noite, quando vemos as paredes, os móveis e todos os objetos mergulhados numa semi-obscuridade, essas formas fantásticas ou misteriosas permanecem em nossa memória como o quadro quase irreal da sensação de inquietude, de surpresa ou de tristeza que nos acompanhava no momento em que nossos olhares as surpreendiam. Não bastaria rever o quarto à luz do dia para nos lembrarmos delas: seria preciso que ao mesmo tempo pensássemos em nossa tristeza, em nossa surpresa ou em nossa inquietude. Seria então esta nossa reação pessoal diante dessas coisas que a transfiguravam a nossos olhos? Sim, por assim dizer, se não esquecermos que nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais têm sua origem em meios e circunstâncias sociais definidos, se também não esquecermos que o efeito de contraste vinha principalmente do que buscávamos nesses objetos e não no que neles viam aqueles para quem esses meios e circunstâncias eram familiares, mas o que se prendia às preocupações de outros homens cujo pensamento pela primeira vez se aplicava a esse quarto junto com o nosso.

Se esta análise estiver correta, o resultado a que ela nos conduz talvez permita responder à objeção mais séria, aliás a mais natural a que nos expomos quando achamos que só lembraremos se nos colocarmos no ponto de vista de um ou muitos grupos e se nos situarmos em uma ou muitas correntes do pensamento coletivo.

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo. Temos o direito de pedir que este segundo aspecto seja admitido, pois esse tipo de atitude mental só existe em al-

guém que faça ou tenha feito parte de um grupo e porque, pelo menos à distância, essa pessoa ainda recebe sua influência. Basta que não possamos pensar em tal objeto senão porque nos comportamos como parte de um grupo; evidentemente esse pensamento só existirá se o grupo existir. Por isso, quando um homem entra em sua casa sem estar acompanhado por ninguém, sem dúvida durante algum tempo “ele andou só”, na linguagem corrente — mas ele esteve sozinho apenas em aparência, pois, mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam por sua natureza de ser social e porque ele não deixou sequer por um instante de estar encerrado em alguma sociedade. A dificuldade não está aí.

Não há lembranças que reaparecem sem que de alguma forma seja possível relacioná-las a um grupo, porque o acontecimento que elas reproduzem foi percebido por nós num momento em que estávamos sozinhos (não em aparência, mas realmente sós), cuja imagem não esteja no pensamento de nenhum conjunto de indivíduos, algo que recordaremos (espontaneamente, por nós) nos situando em um ponto de vista que somente pode ser o nosso? Ainda que fatos desse tipo sejam muito raros, até mesmo excepcionais, bastaria que pudéssemos confirmar alguns deles para estabelecer o fato de que a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças e talvez não explique por si a evocação de qualquer lembrança. Afinal de contas, nada prova que todas as idéias e imagens tiradas dos meios sociais de que fazemos parte e que intervêm na memória não recubram uma lembrança individual como um painel, mesmo no caso em que não o percebemos. Resta a questão de saber se pode existir, se é concebível uma lembrança assim. O fato de se ter produzido, de haver surgido essa lembrança, ainda que uma única vez, bastaria para demonstrar que nada se opõe a que ela intervenha todas as vezes. Assim, na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual que chamamos de *intuição sensível* — para distingui-lo das percepções em que entram alguns elementos do pensamento social.

“Sentimos certa inquietude” — dizia Charles Blondel — “ao ver eliminar, ou quase, da lembrança, qualquer reflexo dessa *intuição sensível* que certamente não é toda a percepção, mas que, da

mesma forma, é evidentemente seu preâmbulo indispensável e sua condição *sine qua non*... Para que não confundíssemos a reconstituição de nosso próprio passado com a que possamos fazer do passado de nosso vizinho, para que empírica, lógica e socialmente esse passado nos pareça identificar-se com nosso passado real, é preciso que pelo menos em algumas de suas partes exista algo além de uma reconstituição feita com matérias tomadas de empréstimo” (*Revue philosophique*, 1925, p. 296). De sua parte, Désiré de Roustan escreveu: “Se vocês se limitam a dizer: quando acreditamos evocar o passado há 99 por cento de reconstrução e um por cento de evocação verdadeira, esse resíduo de um por cento que resistiria a sua explicação, bastaria para voltar a questionar todo o problema da conservação da lembrança. Seria possível evitar esse resíduo?”

É difícil encontrar lembranças que nos levem a um momento em que nossas sensações eram apenas reflexos dos objetos exteriores, em que não misturássemos nenhuma das imagens, nenhum dos pensamentos que nos ligavam a outras pessoas e aos grupos que nos rodeavam. Não nos lembramos de nossa primeira infância porque nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto ainda não nos tornamos um ser social. “Minha primeira lembrança”, diz Stendhal, “é ter mordido a maçã do rosto ou a testa de Mme Pison-Dugalland, minha prima, mulher de vinte e cinco anos que era gorda e tinha muito *rouge*... Vejo a cena, mas certamente porque na hora me trataram como um criminoso e me chamaram de criminoso”. Da mesma forma, ele recorda em que um dia espetou um burrinho que o derrubou. “Um pouco mais e teria morrido, dizia meu avô. Imagino o acontecimento, mas é provável que não seja uma lembrança direta, apenas a lembrança da imagem que formei daquilo há muito tempo, na época das primeiras descrições que me fizeram do fato” (*Vie de Henri Brulard*, pp. 31 e 58). O mesmo acontece com as lembranças que se diz “de infância”. A primeira em que por muito tempo acreditei conseguir recordar era de nossa chegada a Paris. Eu tinha dois anos e meio. Estávamos subindo a escada à noitinha (o apartamento ficava no quarto andar) e nós, as crianças, dizíamos em voz alta que em Paris as pessoas moravam

Objeto de
Brouard

DIÁRIO DE
STENDHAL
4. infância
2. burrinho

no sótão. É bem possível que um de nós tenha dito isso — e é natural que nossos pais, a quem a observação divertiu, a tenham retido na memória e mais tarde nos contaram. Vejo ainda a escada iluminada, mas eu a vi muitas vezes desde então.

*ESCORPIÃO
(CAMPANHA)* Agora eis um acontecimento da infância que Benvenuto Cellini conta no início de suas *Memórias* — ele não tem certeza de que seja uma lembrança. Contudo, a reproduzimos para nos ajudar a compreender melhor o interesse do exemplo que virá a seguir, sobre o qual insistiremos: “Eu tinha mais ou menos uns três anos de idade, meu avô Andrea Cellini ainda vivia e já havia passado dos cem. Um dia, alguém trocou o cano da pia da cozinha, de onde saiu um enorme escorpião sem que ninguém percebesse. O bicho desce-
ra e se escondera embaixo de um banco. Eu o vi, corri até lá e o peguei na mão. Era tão grande que a cauda saía de um lado de minha mão e as pinças do outro. Depois me contaram que, muito satisfeito, fui correndo para meu avô, dizendo: ‘Olha, vovô, que lagostinha bonita!’ No mesmo instante ele viu que era um escorpião e, no amor que tinha por mim, quase morreu de pavor. Pedi com muito carinho que eu o desse para ele, mas eu apertava ainda mais, chorando, porque não queria dar a minha lagostinha para ninguém. Meu pai, que ainda estava em casa, acorreu aos gritos. Em sua estupefação, não sabia o que fazer para que o bicho venenoso não me matasse, quando uma tesoura caiu sob seu olhar. Apanhou a tesoura e, enquanto me engabelava, cortou o rabo e as pinças do escorpião. Como ele me salvou desse perigo, passou a considerar o fato como um bom presságio”. Esta cena, movimentada e dramática, se desenrola toda no interior da família. Quando pegou o escorpião, a criança não teve nem por um instante a idéia de que fosse um bicho perigoso: era uma lagostinha, como as que seus pais lhe haviam mostrado e haviam feito com que ele tocasse, como um brinquedo. Na verdade, um elemento estranho, vindo de fora, penetrou na casa — o avô e o pai reagiram cada um a sua maneira. Choro de criança, súplicas e carinho do avô e do pai, a ansiedade e o terror dos dois, e a explosão de alegria que veio depois: uma série de reações familiares que definem o evento. Admitamos que a criança se recorde do fato — a imagem está situada no quadro de referênci-

as da família, porque desde o início ali estava compreendida e jamais saiu dali.

*CASA
ABANDONADA
- DA
BIBLIOTECA* Ouçamos agora Charles Blondel, que diz: “Eu me lembro que uma vez, em criança, ao explorar uma casa abandonada, no meio de uma peça escura, de repente afundei até o meio do corpo num buraco, no fundo do qual havia água — sei mais ou menos onde e quando isso aconteceu, mas aqui meu saber é inteiramente secundário em relação à lembrança”. Entende-se que a lembrança se apresentou como uma imagem que não estava localizada. Só pensando em primeiro lugar na casa, ou seja, colocando-se no ponto de vista da família que nela viveu, é que foi possível recordar o fato; além do mais, Blondel nos diz que jamais contou este acidente a nenhum dos pais e está certo de não ter pensado mais nele — e acrescenta: “Neste caso, preciso muito reconstituir o ambiente da minha lembrança, não tenho nenhuma necessidade de reconstituir o fato em si. Realmente, parece que nas lembranças desse tipo temos um contato direto com o passado, que o precede e condiciona a reconstituição histórica” (*loc. cit.*, p. 297). Esta narrativa se distingue claramente da anterior; para começar, porque Benvenuto Cellini nos indica, em primeiro lugar, a época e o lugar em que está situada a cena que ele recorda, o que Blondel ignorava completamente quando evocou a queda num buraco cheio de água pela metade. É lá no fundo, ele insiste. Talvez esta não seja a diferença essencial entre uma e outra lembrança. A família é o grupo do qual a criança participa mais intimamente nessa época de sua vida e está sempre à sua volta. Acontece que desta vez a criança saiu desse grupo. Ela não vê os pais, e pode parecer que eles também não estejam presentes em seu espírito. De qualquer modo, eles em nada intervêm na história, pois sequer serão dela informados ou a ela não atribuirão importância suficiente para conservar sua lembrança para mais tarde contá-la ao que foi seu protagonista. Será que basta isso para que possamos dizer que ele realmente estava só? Será verdade que a novidade e a vivacidade da impressão, penosa impressão de abandono, estranha impressão de surpresa diante do inesperado e do jamais visto ou jamais experimentado, explicam que seu pensamento se tenha desviado de seus pais? Não será, ao contrário, porque era

criança, porque estava preso mais estreitamente do que o adulto na rede dos sentimentos e pensamentos domésticos que ele de repente se viu em apuros? Contudo, ele pensava nos seus e estava sozinho apenas em aparência. Não importa muito, já que ele não se lembra em que época precisa e em que lugar determinado estava e não poderia se apoiar num quadro de referências local e temporal. É o pensamento da família ausente que fornece o contexto e a criança não precisa, como diz Blondel, "reconstituir o ambiente de sua lembrança" porque a lembrança se apresenta neste mesmo ambiente. Não há por que nos causar espécie o fato de a criança não se dar conta disso, de não ter sido atraída para esse aspecto das idéias que lhe iam à cabeça, nem de, mais tarde, ao evocar esta lembrança da infância, o adulto também não atentar para ele. Uma "corrente de pensamento" social normalmente é tão invisível quanto a atmosfera que respiramos. Na vida normal, só reconhecemos sua existência quando a ela resistimos, mas uma criança que chama os seus e que precisa de sua ajuda, a eles não resiste.

Blondel poderia fazer objeções, muito corretamente, ao fato de que ele recorda um conjunto de particularidades sem nenhuma relação com qualquer aspecto de sua família. Explorando uma peça obscura da casa, o menino caiu num buraco cheio de água até o meio. Admitamos que ao mesmo tempo estivesse apavorado por sentir-se longe dos seus. "O essencial do fato, atrás do qual tudo parece desvanecer, é esta imagem que, em si, se apresenta como inteiramente destacada do ambiente doméstico. É ela, é a conservação dessa imagem, que teria de ser explicada. Exatamente assim ela se distingue de todas as outras circunstâncias em que eu me encontrava quando percebi estar longe dos meus, em que me voltava para o mesmo meio para ali encontrar ajuda e para o mesmo 'ambiente'. Em outras palavras, não se pode ver como um contexto tão geral como a família pudesse reproduzir um fato neste particular aspecto". Blondel diz ainda: "A essas formas que são os contextos coletivos impostos pela sociedade, é preciso matéria". Por que não admitir simplesmente que essa matéria existe sim e é tudo aquilo que, na lembrança, não tem relação com o contexto — ou seja, as sensações e intuições sensíveis que reviveriam neste quadro? Quando foi aban-

donado por seus pais na floresta, o Pequeno Polegar certamente pensou nos pais, mas muitos outros objetos lhe foram oferecidos: ele seguiu uma ou muitas trilhas, subiu numa árvore, viu uma luz, se aproximou de uma casa isolada etc. Como resumir tudo isso na simples observação: ele se perdeu e não encontrou mais os pais? Se houvesse seguido outro caminho, se tivesse encontrado outras pessoas, o sentimento de abandono teria sido o mesmo — mas ele teria guardado lembranças muito diferentes.

A isso diremos que quando uma criança se perde numa floresta ou numa casa, tudo acontece como se, até então arrastada na corrente de pensamentos e sentimentos que a ligam aos seus, ao mesmo tempo ela estava presa numa outra corrente que a afasta daquela. Pode-se dizer que o Pequeno Polegar permanece no grupo familiar, pois tem consigo seus irmãos — mas se põe à frente deles, toma-os sob sua guarda, eles os dirige; ou seja, de lugar de criança, passa ao do pai, entra no grupo dos adultos e nem por isso deixa de ser criança. Isto se aplica também à lembrança evocada por Blondel, que ao mesmo tempo é uma lembrança de criança e uma lembrança de adulto, já que pela primeira vez a criança se viu em uma situação de adulto. Criança, todos os seus pensamentos estavam à altura de uma criança. Habitado a julgar os objetos exteriores por meio de noções que devia aos pais, seu espanto e seu medo vinham da dificuldade de situar o que agora via em seu pequeno mundo. Tornava-se adulto porque, não tendo mais os pais a seu alcance, via-se diante de objetos novos e inquietantes para ele, certamente não para a gente grande, pelos menos não com a mesma intensidade. Ele deve ter permanecido muito pouco tempo no fundo desse corredor escuro. Nem por isso deixou de entrar em contato com um mundo que voltará a encontrar mais tarde, quando estiver mais entregue a si mesmo. Aliás, por toda a infância, há muitos momentos em que assim enfrentamos o que já não é a família, seja porque nos chocamos ou porque nos ferimos no contato com objetos, seja porque tenhamos de nos sujeitar e dobrar pela força das circunstâncias, embora inevitavelmente passemos por toda uma sequência de pequenas provas que são como uma preparação para a vida do adulto: é a sombra que a sociedade das gentes grandes projeta sobre a infância, até mais do

que uma sombra, pois a criança pode ser chamada a tomar sua parte nos cuidados e responsabilidades cujo peso em geral recai sobre ombros mais fortes do que os delas e, pelo menos temporariamente e apenas por uma parte de si mesma, quando é tomada para dentro do grupo dos que têm mais idade do que ela. É por isso que às vezes se diz que determinadas pessoas não tiveram infância, porque a necessidade de ganhar o pão se impôs muito cedo, fez com que entrassem nas regiões da sociedade em que os homens lutam pela vida (ao passo que a maior parte das crianças sequer sabe que essas regiões existem) ou porque, depois de um luto, a criança conheceu um tipo de sofrimento normalmente reservado aos adultos e teve de enfrentá-lo no mesmo plano em que estes.

Portanto, o conteúdo inicial dessas lembranças, que as destaca de todas as outras, se explicaria pelo fato de estarem no ponto em que se cruzam duas ou mais séries de pensamentos, pelos quais elas se interligam a tantos outros grupos diferentes. Não basta dizer: no ponto de cruzamento de uma série de pensamentos que nos ligam a um grupo, neste caso a família, e de um outro que abrange somente as sensações que nos vêm das coisas; tudo seria questionado de novo, porque aquela imagem das coisas só existe para nós, uma parte de nossa lembrança não se apoiaria em nenhuma memória coletiva. Uma criança tem medo no escuro ou quando se perde num lugar deserto, porque povoa o escuro ou esse lugar com inimigos imaginários, porque nessa noite receia esbarrar sabe-se lá com que seres perigosos. Rousseau nos conta que Lambercier lhe deu a chave do templo e pediu que fosse buscar no púlpito a Bíblia que alguém havia deixado lá. Diz ele: "Ao abrir a porta, escutei na abóbada certa ressonância que me pareceram vozes e começou a abalar minha firmeza romana. A porta aberta, eu queria entrar... mal dei alguns passos e parei. Examinando a profunda escuridão que reinava naquele vasto espaço, fui tomado por um terror que me deixou de cabelos arrepiados. Eu me atrapalhava nos bancos, não sabia mais onde estava e, sem conseguir encontrar nem o púlpito nem a porta, caí numa confusão indizível". Se o templo estivesse iluminado, ele teria visto que não havia ninguém ali e não teria tremido de medo. Para a criança, o mundo jamais está vazio de seres humanos, de

influências benévolas ou malignas. Os pontos em que essas influências se encontram e se cruzam talvez correspondam, no quadro de seu passado, a imagens mais distintas, porque um objeto que iluminamos dos dois lados e com duas luzes nos desvenda mais detalhes e se impõe mais à nossa atenção.

Não insistamos mais em lembranças da infância. Poderíamos invocar um número enorme de lembranças muito originais de adultos, ^{LEMB. ADULTOS} que se apresentam com tal característica de unidade, que parecem resistir a qualquer decomposição. Para esses exemplos, poderíamos sempre denunciar a mesma ilusão. Se certo membro do grupo vier a fazer parte ao mesmo tempo de um outro grupo, se os pensamentos que ele tem de um e do outro se encontram de repente em seu espírito... teoricamente só ele perceberá esse contraste. Como deixaríamos de acreditar que nele se produz uma impressão sem medida comum com o que podem sentir os outros membros desses dois grupos, se estes não têm outro ponto de contato senão ele? Esta lembrança entra ao mesmo tempo em dois contextos. Um desses contextos o impede de ver o outro e vice-versa — ele prende sua atenção no ponto em que eles se encontram e não tem mais suficiente atenção para percebê-los em si. Assim, quando tentamos encontrar no céu duas estrelas que fazem parte de duas constelações diferentes, satisfeitos por termos traçado uma linha imaginária de uma à outra, de bom grado acreditamos que o simples fato de alinhá-las dessa maneira confere a seu conjunto uma espécie de unidade; contudo, cada uma é apenas um elemento compreendido num grupo e, se foi possível encontrá-las, é porque naquele momento nenhuma das constelações estava oculta por uma nuvem. Da mesma forma, pelo fato de dois pensamentos, uma vez comparados, parecerem reforçar um ao outro por contrastarem entre si e acreditarmos formarem um todo que existe por si, independentemente dos conjuntos de onde são tirados, não percebemos que na realidade estamos levando em conta os dois grupos ao mesmo tempo — mas cada um do ponto de vista do outro.

Retomemos agora a suposição que desenvolvemos anteriormente. Fiz uma viagem com pessoas encontradas há pouco tempo, a

quem estava destinado a não rever em seguida senão a intervalos distantes. Viajávamos por prazer. Eu falava pouco, não escutava quase nada. Tinha o espírito cheio de pensamentos e de imagens que não interessariam aos outros, e que eles ignoravam, pois essas imagens e pensamentos estavam ligados a meus pais e amigos, de quem eu estava momentaneamente afastado. Assim, pessoas a quem eu amava, que tinham os mesmos interesses que eu, toda uma comunidade estreitamente ligada a mim era introduzida sem o saber em determinado ambiente, misturada a acontecimentos, associada a paisagens que lhes eram totalmente estranhas ou indiferentes. Pensemos agora na nossa impressão. Ela certamente se explica pelo que estava no centro de nossa vida afetiva ou intelectual. No entanto, ela se desenrolou num contexto temporal e espacial, no meio de circunstâncias em que nossas preocupações de então projetavam sua sombra — mas que, de sua parte, modificavam seu curso e seu aspecto: tal como as casas construídas ao pé de um monumento antigo, que não são da mesma era. Quando recordamos essa viagem, não nos situamos, é claro, no mesmo ponto de vista de nossos companheiros, porque a nossos olhos ela se resume em uma seqüência de impressões que somente nós conhecemos. Também não podemos dizer que nos situamos unicamente no ponto de vista de nossos amigos, de nossos pais, de nossos autores preferidos, cuja lembrança nos acompanhava. Enquanto caminhávamos por uma estrada de montanha ao lado de pessoas com tal aspecto físico, com tais características, distraidamente nos misturávamos à sua conversa e nosso pensamento permanecia em nosso antigo meio, as impressões que em nós se sucediam eram como tantos modos particulares, originais, novos, de ver as pessoas que nos eram caras e os laços que a elas nos uniam. Em outro sentido, exatamente porque são novas e contêm muitos elementos estranhos no curso anterior e ao que há de mais interior no curso atual de nossos pensamentos, essas impressões são também estranhas aos grupos a que somos mais ligados. Elas os expressam, mas ao mesmo tempo só os expressam dessa maneira se eles não mais estiverem lá materialmente, pois todos os objetos que vemos, todas as pessoas que ouvimos talvez só nos impressionem na medida em que nos fazem sentir a ausência dos primeiros. Como deixar de destacar de uns e de outros

esse ponto de vista, que nem é o de nossos companheiros atuais, nem plenamente e sem mistura o de nossos amigos de ontem e de amanhã, sem o atribuímos a nós? Não é verdade que o que nos impressiona quando evocamos essa impressão é o que nela somente se explica por nossas relações com esse ou aquele grupo, o que logo sobressai em seu pensamento e sua experiência? Sei que não podia ser compartilhada nem adivinhada por meus companheiros. Sei também que, sob esta forma e nesse contexto, ela não poderia ter-me sido sugerida pelos amigos, pelos pais no momento a que agora me reporto pela memória. Não será isso uma espécie de resíduo de impressão que escapa tanto ao pensamento como à memória de uns e de outros, e que só existe para mim?

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais freqüentemente em contato com ele. As relacionadas a um número muito pequeno e às vezes a um único de seus membros, embora estejam compreendidas em sua memória (já que, pelo menos em parte, ocorreram em seus limites), passam para o segundo plano. Dois seres podem se sentir estreitamente ligados um ao outro, e terem em comum todos os seus pensamentos. Embora em certos momentos suas vidas decorram em ambientes diferentes, através de cartas, descrições ou por narrativas quando se aproximam, eles podem dar a conhecer um ao outro detalhes de circunstâncias em que se encontravam quando já não estavam mais em contato, mas será preciso que se identifiquem um ao outro para que tudo o que de suas experiências fosse estranho para um ou para outro seja assimilado em seu pensamento comum. Quando escreve ao conde de Guibert, Mlle de Lespinasse pode fazê-lo compreender mais ou menos o que sente longe dele — mas em sociedades e ambientes mundanos que ele conhece, porque também está ligado a esses ambientes. Ele pode ver sua amante, assim como ela também pode se ver, colocando-se no ponto de vista desses homens e dessas mulheres que ignoram tudo de sua vida romanesca, e também pode vê-la como ela mesma se vê, do ponto de vista do grupo oculto e fechado que os dois constituem.

Contudo, ele está longe e, sem que saiba, podem ocorrer muitas mudanças na sociedade que ela frequenta das quais as cartas não lhe dão idéia suficiente, por isso muitas de suas disposições na presença desses meios mundanos lhe escapam e sempre lhe escaparão — não basta que ele a ame, como a ama, para que as adivinhe.

Normalmente um grupo mantém relações com outros grupos. Muitos acontecimentos e também muitas idéias resultam de semelhantes contatos. Às vezes essas relações ou esses contatos são permanentes ou, em todo caso, se repetem com muita frequência, prosseguem durante muito tempo. Por exemplo, quando uma família vive por muito tempo em uma mesma cidade ou na proximidade dos mesmos amigos, cidade e família, amigos e família são como sociedades complexas. Surgem então lembranças compreendidas em dois contextos de pensamentos, comuns aos membros dos dois grupos. Para reconhecer uma lembrança desse tipo, é preciso fazer parte ao mesmo tempo de um e de outro, uma condição que durante algum tempo é preenchida por uma parte dos habitantes da cidade, por uma parte dos membros da família. Contudo, é preenchida desigualmente nos diversos momentos, segundo o interesse destes diz respeito à cidade ou à sua família. Por outro lado, basta que alguns membros da família deixem a cidade e passem a viver em outra para que tenham menos facilidade para lembrar o que retinham somente porque estavam presos ao mesmo tempo em duas correntes convergentes de pensamento coletivo, enquanto no presente estavam sujeitos quase exclusivamente à ação de uma delas. Não obstante, como apenas parte dos membros de um desses grupos está compreendida no outro, e vice-versa, cada uma das duas influências coletivas é mais fraca do que se exercida sozinha. Realmente, não é o grupo inteiro — a família, por exemplo, é apenas uma fração dele — que pode ajudar um dos seus a recordar essa ordem de lembranças. É preciso que estejamos ou que encontremos condições que permitam combinar melhor a ação dessas duas influências para que a lembrança reapareça e seja reconhecida. Por isso esta parece menos familiar, percebemos menos claramente os fatores coletivos que a determinam e temos a ilusão de que ela é menos importante do que as outras sob o poder da nossa vontade.

Em todo caso, essa lembrança não é completamente uma ilusão. Nem sempre encontramos as lembranças que procuramos, porque temos de esperar que as circunstâncias, sobre as quais nossa vontade não tem muita influência, as despertem e as representem para nós. Nada é mais surpreendente em relação a isso do que o reconhecimento de uma figura ou de um lugar, quando estes voltam a se encontrar no campo de nossa percepção. Nunca mais voltamos a pensar naquilo desde que o vimos pela primeira vez e talvez tenhamos a impressão de que, por algum esforço de memória que tenhamos feito, nos teria sido impossível reconstitui-lo. Absolutamente não estamos enganados: reconhecemos muito bem esse lugar e ao mesmo tempo recordamos a disposição de espírito em que estávamos quando o vimos, parece que a lembrança permaneceu, agarrada às fachadas daquelas casas, aguardando ao longo daquela vereda, na borda daquela enseada, nesse rochedo em forma de cadeira — e, quando voltamos a passar por lá, damos uma paradinha e ela retoma em nossa memória um lugar que, sem isso, jamais teria sido ocupado.

Podemos admitir que jamais voltamos a encontrar essa lembrança porque nunca mais voltamos a esse local. Em outras palavras, a condição necessária para voltarmos a pensar em algo aparentemente é uma sequência de percepções pelas quais só poderemos passar de novo refazendo o mesmo caminho, de modo a estar outra vez diante das mesmas casas, do mesmo rochedo etc. Portanto, estamos mais ou menos certos de não estar enganados ao dizer: nunca mais pensei nisso porque não consegui reagrupar todas essas imagens, tão diversas e tão matizadas, através da memória e da reflexão — jamais consegui reconstituir esta combinação singular e exata de impressões sensíveis, só ela poderia orientar meu espírito exatamente para esta lembrança. Nunca mais havíamos pensado naquilo. Contudo, quando essa lembrança reaparece, não é consequência de um conjunto de reflexões, mas de uma aproximação de percepções determinada pela ordem em que se apresentam determinados objetos sensíveis, ordem essa resultante de sua posição no espaço. Diferente de reflexões ou de idéias, as percepções — enquanto percepções — limitam-se a reproduzir os objetos exteriores, não contêm nada mais do que esses objetos e não podem nos con-

duzir além deles. Daí a convicção (temos de admitir) de que elas serviram unicamente para nos deixar em determinada disposição física e sensível, favorável ao reaparecimento da lembrança. Presupomos então que não tendo sido (reconstruída) mas evocada, a lembrança teria sido guardada assim mesmo em nosso espírito. No entanto, o certo é que o único meio de preencher essa lacuna da nossa memória seria retornar a esse local, abrir os olhos. Nós nos surpreendemos ao reencontrar essa lembrança, mas, após um momento de reflexão, poderíamos também nos espantar por não a termos evocado antes, ao descobrirmos no labirinto de nossos pensamentos mais de uma avenida que a ela nos levariam. Esse lugar, esses objetos nos trazem essa lembrança. Contudo, sabemos muito bem que seríamos capazes de evocar esses mesmos objetos e esse mesmo lugar sem revê-los e até sem rever os que os circundam. Talvez não fosse a capacidade de voltar a pensar neles que nos estivesse faltando, mas a de pensar neles com intensidade suficiente para nos recordarmos de todos os detalhes. Quando procuramos a demonstração agora esquecida de um teorema, nosso espírito se embrenha por diversos caminhos e, como nenhum o leva ao objetivo, se remete ao livro que esteve outrora entre nossas mãos. No presente, não recordamos apenas a demonstração, mas vemos que por um dos métodos que experimentamos, nosso espírito se aproximou dela e cedo demais abandonamos essa pista. Sentimos que à custa de um esforço de atenção mais prolongado e sem o socorro do livro conseguiríamos refazer em pensamento esse caminho, e que a demonstração estava esgotada. Da mesma forma, associada ao quadro que temos desse lugar e ao mesmo tempo compreendida em todas as sucessões de imagens e pensamentos que se cruzam nesse ponto e outrora nos conduziram até ali, absolutamente não teria sido impossível reencontrar esta lembrança — faltou-nos a força da atenção e da reflexão, mas bastaria que seguissemos mais adiante uma dessas séries de lembranças, que nos teriam levado em pensamento de volta aos locais onde estivemos outrora e onde o acaso nos fez passar de novo.

Talvez esta seja uma ilusão, que impõe um novo problema. Quando temos a sensação de que seria possível retomar esta lembrança por outras vias, é porque essas vias existem, mesmo que não

tenhamos sido capazes de segui-las até o fim — ou seja, até a lembrança. Vejamos o que acontece quando, de volta a esse lugar e diante desses objetos, nós os reconhecemos. É o tipo de reconhecimento que Bergson chama de reconhecimento por imagens, que ele distingue muito claramente do que chama de reconhecimento por movimentos. Este reconduziria à sensação de familiaridade que temos quando um objeto visto ou evocado determina em nosso corpo os mesmos movimentos de reação que tivemos no momento em que anteriormente o percebemos.

Reconhecer por imagens, ao contrário, é ligar a imagem (vista ou evocada) de um objeto a outras imagens que formam com elas um conjunto e uma espécie de quadro, é reencontrar as ligações desse objeto com outros que podem ser também pensamentos ou sentimentos. Reservemos a questão de saber se entre esses dois tipos de reconhecimento há uma diferença de natureza ou de grau. Observemos apenas que, no caso examinado, a lembrança corresponde a um acontecimento distante no tempo, a um momento de nosso passado. É o que Bergson chama de reconhecimento em imagem, ou a sensação do *déjà vu*. Por exemplo, eu me vejo numa estação em que entrei apenas uma vez para esperar um trem, há muitos anos, na qual nunca mais havia pensado, cuja aparência não mudou. Quando reconheço essa estação, dir-se-ia que em meu espírito duas imagens se recobrem — uma é o quadro que tenho sob os olhos e a outra, o quadro que vi outrora: uma percepção e uma lembrança? Mas se me ateno aos objetos em si, como as imagens se distinguiriam? Há apenas uma, a que tenho sob os olhos, e não preciso reconstruí-la, pois ela está aí. Contudo, se a destaco de todas as outras porque a reconheço, é porque ela aparece para mim como o lugar em que se criaram muitas séries de pensamento que agora atravessam meu espírito, uma das quais me liga aos grupos exteriores a esta cidade dos quais eu fazia parte e nos quais eu pensava quando esperei outrora na plataforma dessa estação, e aos quais ainda estou ligado, porque posso me pôr de novo em seu ponto de vista, no qual o outro é o grupo dos que habitam ou passam por esta cidade, dos quais hoje me vejo fazendo parte temporariamente, como fiz parte outrora. Essas duas correntes de pensamento se cruzaram

apenas em meu espírito, neste mesmo ponto: desde então jamais pensei em um e no outro ao mesmo tempo; por isso foi preciso aguardar que eu voltasse a passar por esse lugar, único ponto em que elas se cruzaram, para que se restabelecesse o contato, ou seja, para que minha lembrança reaparecesse.

Acontece exatamente o mesmo quando examinamos os retratos de amigos há muito perdidos de vista. Guardamos a lembrança de seus traços, mas uma lembrança vaga. Como os encontramos em circunstâncias diferentes, em ambientes variados, seus rostos não eram inteiramente os mesmos conforme os localizávamos em tal ou em qual conjunto. Um rosto não é somente uma imagem visual. As expressões, os detalhes de uma fisionomia podem ser interpretados de muitas maneiras, conforme as pessoas que o cercam, conforme a direção de nosso pensamento nesse ou naquele momento. Por isso, para reencontrar a imagem do rosto de um amigo que não vemos há muito tempo, é preciso aproximar, reunir, fundir umas com as outras as inúmeras lembranças parciais, incompletas e esquemáticas que guardamos. Seria preciso que pudéssemos pensar nele ao mesmo tempo do ponto de vista de todos os ambientes em que o encontramos — mas esses ambientes são muito numerosos ou muito diferentes e os traços de nosso amigo ocupam um lugar muito reduzido na memória de cada um deles, o que dificulta muito recordá-lo. Teríamos de revê-lo pessoalmente para todas essas lembranças convergirem; por isso, quando olhamos por algum tempo o retrato de um amigo, cada traço de sua imagem é como um ponto de perspectiva de onde conseguimos distinguir os ambientes em que o vimos, ainda que tenhamos a impressão de estar ao mesmo tempo em muitos grupos diferentes. Não é uma ilusão. Esses grupos têm de estar ali, pois essas imagens incompletas estavam contidas em cada um deles, a imagem já não poderia evocar o grupo e a parte já não pode nos dar o todo. Estes são casos limites. É bastante comum que meios sociais humanos entrem em contato por um tempo muito curto, com muito pouca intensidade e muito raramente para que esse evento, e a lembrança que o reproduz, se apresente a nós como um fato familiar. Quanto mais os grupos que se tocam se distanciam ou quanto mais numerosos são eles, mais a influência de cada um é

enfraquecida. Portanto, é natural que não a observemos e que não reparemos nos ambientes sociais de onde provêm ações desse tipo, ainda que uma vez reaparecida, a lembrança nos pareça livre de qualquer ligação com memórias que não sejam a nossa. Enfim, como é preciso que nos situemos no mesmo instante em grupos que só têm relações raras e acidentais entre si ou, simultaneamente, em um grande número de ambientes coletivos para evocar esse tipo de lembranças, pode-se dizer que só conseguimos fazer isso por exceção ou em consequência de encontros, que temos todas as razões para atribuir ao acaso, porque não os procuramos deliberadamente. Por isso achamos que não conseguimos recordá-los e seu reaparecimento se explica pelo jogo invisível de forças psicológicas inconscientes. Não há nada de misterioso nisso. Embora as causas que determinam a recordação dessas lembranças não dependem ou dependem apenas imperfeitamente de nós, isso não acontece porque sejam inconscientes, mas porque em parte são exteriores a nós e sobre cada uma delas exercemos apenas uma influência muito pequena. Como poderemos recordar certo acontecimento que ocorreu naquele ponto único em que se cruzaram dois grupos dos quais participamos simultaneamente uma vez apenas e entre os quais não houve mais nenhum contato? Como poderemos recordar uma impressão surgida a partir de uma combinação de influências sociais tão numerosas que jamais se reproduzirá? Nossa vontade, em um e outro caso, é igualmente impotente e a probabilidade de um retorno desse tipo é tão insignificante que praticamente equivale a uma impossibilidade. Esse é o limite do qual nos aproximamos, à medida que se complicam e se multiplicam os dados sociais que entram em nossas lembranças.

É bem verdade que em cada consciência individual as imagens e os pensamentos que resultam dos diversos ambientes que atravessamos se sucedem segundo uma ordem nova e que, neste sentido, cada um de nós tem uma história. Nessa fieira de estados, embora em separado cada um esteja ligado a um ou a muitos ambientes cujos pontos de encontro de alguma forma eles indicam, sua sucessão em si não é explicada por nenhum desses ambientes. Ela se apresenta para nós como uma série única em seu gênero. Desde então esses estados nos parecem ligados um ao outro em nossa consciência. A partir do

momento em que entram nesta seqüência interna e nela tomam seu lugar, eles se organizam em um conjunto tão bem ligado que de bom grado imaginamos cada um emanando dos que o precedem e contendo em germe os que o seguem. Mais do que isso, um estado se torna então uma espécie de ponto de perspectiva sobre todos os outros, como se deles e somente deles extraísse toda a sua substância. Será que agora a memória evoca uma ou muitas partes desta série e esses estados reaparecem apenas por serem evocados por outros estados que foram e continuaram ligados a eles em nosso espírito? Somente a ligação interna ou subjetiva, como dizem os filósofos, interviria nesse momento. Quando a intuição sensível — e todos os elementos de pensamento e sensação que a ela se associam — ocorre pela primeira vez, diríamos que ela se explicava muito bem pelo ambiente e ao mesmo tempo por nosso organismo que estava em contato com ele. Em todo caso, ela se destacaria do ambiente assim que se transformasse em imagem. A partir de então não haveria mais motivo para procurar fora as causas de seu reaparecimento, a unidade interna da consciência estabelecerá a coesão das lembranças. No entanto, essa unidade não depende do mundo exterior e dos ambientes que atravessamos. Não contestamos o fato de que, ao nos referirmos aos dados do que é chamado de *observação interior*, é exatamente assim que tudo parece acontecer; mas aqui somos vítimas de uma ilusão bastante natural. Já dissemos que enquanto sofremos docilmente a influência de um meio social, não a sentimos. Ao contrário, ela se manifesta quando em nós um ambiente é cotejado com o outro. Quando muitas correntes sociais se cruzam e se chocam em nossa consciência, surgem esses estados que chamamos de intuições sensíveis e que tomam a forma de estados individuais porque não estão ligados inteiramente a um e a outro ambiente, e então os relacionamos a nós mesmos. Nem por isso eles puxam menos de toda a sua força e da intensidade de suas ações conjugadas que então se exercem sobre nós. Nós perceberíamos isso muito bem se as analisássemos então, se as rastreássemos até suas raízes. Normalmente não nos preocupamos em procurar as causas. Toda a nossa atenção se concentra nos estados em si, no contraste entre sua vivacidade e a banalidade de impressões ou pensamentos anteriores, na riqueza que eles subitamente desven-

dam em nosso eu, porque representam uma combinação original de elementos de origens variadas. Também não é menos verdade que esta combinação ou associação se explique pelo encontro, em nós, de correntes que têm uma realidade objetiva fora de nós — nem tanto por nossa espontaneidade interna. Esse encontro é em si um fato objetivo, não apenas um jogo de imagens, mas o encontro efetivo de representações e sentimentos objetivos que são os objetos da natureza, observáveis de fora, como as coisas materiais. Assim, a intuição sensível e a ligação que ela estabelece no momento e por um momento em nossa consciência se explica pela associação que existe ou se estabelece entre objetos fora de nós.

Agora avançamos no tempo. Essa intuição sensível deixou de existir e por isso pertence ao passado. Como poderia ser diferente, se já não existem as influências exteriores que a determinavam ao se cruzarem? Mais precisamente, ela só guarda alguma realidade virtual na medida em que permanecemos sob a influência combinada desses ambientes, na medida em que estamos sujeitos a nos encontrar nas mesmas condições sociais complexas que outrora a originaram. Sim, por termos passado por esse estado estamos um pouquinho transformados, visto que quando ela reaparecer (se algum dia reaparecer), a reconheceremos — porque em alguma parte de nós mesmos permanecemos em contato com as forças que a produziram, ainda que estas já não estejam materialmente presentes e sentimos que nos seria possível, fazendo o necessário esforço, remontando o suficiente nessa ou naquela corrente de pensamento coletivo em que ainda estamos envolvidos. Quando reconhecemos um estado desse tipo sabemos o que nos faltava para evocá-lo: a força de reflexão necessária para descobri-lo num ambiente em que pelo menos nosso espírito sempre teve acesso. Quando dizemos que a recordação de certas lembranças não depende da nossa vontade, é porque a nossa vontade não é forte o suficiente. A lembrança está ali, fora de nós, talvez dispersa entre muitos ambientes. Se a reconhecemos quando reaparece inesperadamente, o que reconhecemos são as forças que a fazem reaparecer e com as quais sempre mantivemos contato. A intuição sensível é então recriada, mas nesse meio tempo, considerando apenas a nós e nosso organismo psicofísico, ela deixara de existir.

A intuição sensível está sempre no presente. Portanto, não podemos pressupor que ela seja capaz de se recriar espontaneamente, como se subsistisse em nós no estado de fantasma pronto a retomar corpo: transportada ao passado em imaginação, ela não é mais nada. Contudo, pelo menos às vezes, explicamos o seu reaparecimento porque não encontrando fora as causas que a originaram, só podemos procurá-la em nós. É o que entendemos quando dizemos que uma imagem evoca outra ou que uma lembrança atrai uma lembrança. Isso não passa de ilusão. Nossas percepções do mundo exterior se sucedem seguindo a mesma ordem de sucessão dos fatos e fenômenos materiais. É a ordem da natureza que então penetra em nosso espírito e regula o rumo de seus estados. Como poderia ser de outra maneira, se nossas representações não passam de reflexos das coisas? Um reflexo absolutamente não se explica por um reflexo anterior, mas pela coisa que ele reproduz naquele mesmo instante. Suponhamos agora que, de olhos fechados, evocamos esta série de imagens sucessivas. A ligação que existe entre elas ainda se explica pelo encadeamento causal dos fenômenos naturais e não por uma espécie de atração espontânea e mútua entre os estados de consciência assim relacionados. Quando represento para mim a aparência de uma região que atravessei e percorri a pé em vários sentidos, a disposição das peças em uma casa, os móveis num quarto em que vivi, a diversidade e a ligação das lembranças disso que evoco se atêm à própria diversidade e à ligação entre os objetos ou do grupo de objetos. Em outras palavras, na série de estados que minha memória apresenta, distingo partes não segundo meu tempo interno e segundo os momentos que a eles corresponderam, mas segundo as mesmas divisões que a realidade apresentava: divisões objetivas, as mesmas que a percepção vigente ou coletiva introduz ou reconhece na natureza e que realmente são baseadas nas relações naturais entre as coisas. Essas divisões, ou esses cortes, que rompem a série em outras tantas imagens distintas, servem também para reconstituir, como se cada estado tendesse a se inserir no contorno do estado que o precedeu ou seguiu, como se o ponto de divisão marcasse também uma ligação (Como a separação das imagens se fez seguindo as linhas das divisões natu-

rais, é claro que ao se reagruparem, elas se adaptam às relações naturais). Divisões e ligações correspondem a uma espécie de lógica espacial ou material, e é nesta lógica que se apóia a memória das percepções. A coesão dessa memória explica-se pelo fato de que as lembranças que ela evoca são coerentes, como devem ser os fenômenos (objetivos) fora de nós. Mas é a mesma causalidade natural que liga as coisas e os pensamentos do espírito com relação a essas coisas (Pode-se dizer que esta concepção que afirma que as lembranças não estão ligadas diretamente uma a outra de modo algum por relações de contigüidade, mas apenas porque os objetos correspondentes estão ligados por relações de causalidade, sem levar em conta a atividade própria da memória. Contudo, é muito difícil admitir que um estado de consciência aí recrie um outro unicamente porque se sucederam ou porque estiveram próximos um do outro no espaço). Não obstante, o que chamamos aqui de causalidade natural simplesmente designa a representação que fazemos de nós na sociedade que nos circunda. As leis naturais não estão nas coisas, mas no pensamento coletivo, enquanto este os examina e à sua maneira explica suas relações (A partir daí compreenderemos melhor que a representação das coisas evocada pela memória individual não é mais do que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas). Em outras palavras, existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior: lógica geográfica, topográfica, física, que não é outra senão a ordem introduzida por nosso grupo em sua representação das coisas do espaço (é isso: é esta lógica social e as relações que ela determina). Cada vez que percebemos, nós nos conformamos a esta lógica; ou seja, lemos os objetos segundo essas leis que a sociedade nos ensina e nos impõe. É também esta lógica, são essas leis que explicam que as nossas lembranças desenrolam em nosso pensamento a mesma seqüência de associações, pois no mesmo momento em que estamos mais em contato material encontramos no referencial do pensamento coletivo os meios de evocar a seqüência e seu encadeamento; facilmente perceberemos isto quando se trata das percepções do mundo material, se essa lógica social, neste

campo, não estivesse a esta altura rigorosa, fortificada que está por sua universalidade. As leis naturais realmente se impõem a todas as sociedades pelo menos de direito e, de fato, a todas aquelas de que fazemos ou estamos expostos a fazer parte. É por isso que facilmente nos persuadimos de que essas leis se impõem a nós, não porque são admitidas em nosso grupo, mas porque estamos em contato com as coisas materiais. Na realidade, a percepção resulta de uma demorada operação de treinamento e de uma disciplina (social) que não se interrompe; como as coisas não podem entrar em nosso espírito e não podemos explicar agora a ligação dos estados de consciência que são nossas lembranças pelas forças e relações do mundo inerte, somos obrigados a imaginar um princípio de atração entre as imagens, como o princípio de associação por contigüidade no tempo e no espaço. Examinando mais de perto, isto serve para explicar a sucessão pela sucessão em si — “o aparecimento de A depois de B (atualmente) se explica pelo aparecimento de A depois de B (no passado)”. É uma simples constatação. Por outro lado, não percebemos que se A sucedeu B outrora, este fato em si não bastaria, está abstraído de todo um conjunto de influências exteriores que era sua verdadeira causa. É bom saber que se ainda hoje se reproduz, o fato se explica pelas mesmas causas e, portanto, que essas causas ainda atuam (O mesmo acontece com a semelhança — para que pensemos em uma similitude entre dois objetos). Nada explicamos enquanto não mostramos que a contigüidade entre dois estados ou imagens resulta de uma ligação causal. Em todo caso, agora é preciso se pôr no ponto de vista de um pensamento coletivo que é o único, a qualquer momento, capaz de formular uma relação de causalidade desse tipo (em termos gerais válidos), aplicando-se às coisas que são do terreno de sua experiência. Esse ponto de vista é o da natureza (no sentido que especificamos), ou seja, dos objetos tais como são conhecidos pelo grupo. Portanto, qualquer recordação de uma série de lembranças que se refere ao mundo exterior é explicada pelas leis da percepção coletiva.

O mesmo acontece com todas as lembranças, quer se trate da sequência de palavras trocadas em uma conversa na história de nossas relações com essa ou aquela pessoa ou até mesmo das reflexões que fizemos, dos estados afetivos pelos quais passamos durante um

passeio ou uma viagem. Desta vez, a memória das percepções só intervém de modo secundário. Não nos bastaria rever em pensamento os mesmos lugares, para reconstituir seqüências de reflexões e de sensações que certamente se desenrolaram nesse contexto espacial, mas que são muito diferentes das imagens do mundo exterior. Contudo, aqui ainda, examinando o conteúdo dessas séries de pensamentos, notamos que os diversos estados que nelas entram não se delimitam arbitrariamente. Cada um deles é como um objeto que tem certa unidade e contornos bastante definidos: uma pessoa, um fato, uma idéia, uma sensação, e bem sabemos que se pensamos neles é porque, efetivamente ou na imaginação, atravessamos um ou muitos ambientes sociais em cuja consciência essas representações tiveram e mantiveram (pelo menos por algum tempo) um lugar muito definido, uma realidade muito substancial. Sabemos também que se esses pensamentos penetraram de fora em nossa consciência individual em tal momento e tal ordem, é algo que se explica pelas relações que existiam entre muitos deles em tal ambiente e também pelas relações que se estabeleceram entre ambientes diferentes dos quais fazíamos parte ao mesmo tempo e sucessivamente, e de onde, ao mesmo tempo ou sucessivamente ainda, outros nos ocorreram. Raciocinando como anteriormente, diremos então que, já que esses estados e sua sucessão se explicavam no momento em que foram produzidos por relações (que só podem ser de causalidade) entre os diversos elementos de um ambiente social ou entre diversos ambientes sociais, a condição necessária para que as evoquemos de memória, para que se reproduzam na mesma ordem, é que (pelo menos em pensamento) estivéssemos no mesmo ambiente. Os mesmos ambientes exercem sobre nós mais ou menos o mesmo gênero de ação. Como explicar de outra maneira as ligações pelas quais uns pensamentos levam a outros sob o olhar da consciência? Destacados dos ambientes em que estavam compreendidos e que asseguravam sua coesão, que os pressionavam de alguma forma uns contra os outros, subsistindo desde então em nosso espírito, como pressupomos, no estado de fragmentos isolados um do outro e que não encontrariam no novo ambiente que seria a nossa consciência, ou melhor, em nosso inconsciente, nenhum novo princípio de unidade,

como esses pensamentos poderiam permanecer em relação duradoura? Naquele momento, só estavam juntos pela pressão exterior a que estávamos sujeitos. O que chamamos de sentimento da unidade do nosso eu, em que às vezes enxergamos um princípio original de coesão dos estados, no fundo não é senão a consciência que temos a cada instante de pertencer ao mesmo tempo a diversos ambientes — mas ela só existe no presente. Como poderia subsistir em vez de estados rejeitados no passado, enquanto a pressão dos meios sociais já não intervinha? Aqui, mais uma vez, uma série de lembrança nos parece muito ligada apenas porque podemos nos colocar de novo no ponto de vista do grupo ou grupos em cujo pensamento esses estados estiveram e permaneceram em contato, na medida também em que de nós depende passar de um grupo a outro na mesma ordem que outrora determinou em nosso espírito a formação de tal série de reflexões e estados afetivos. Por outro lado, compreende-se que neste caso, muito mais do que quando a memória evoca somente a ordem das nossas percepções sensíveis passadas, seja difícil perceber (as forças) os meios sociais que de fora determinam o rumo de nossos pensamentos e que estejamos desde então dispostos a explicá-lo por uma ligação subsistente, não se sabe onde e não se sabe como entre os traços dos... admitir que de uma ou outra maneira nossas lembranças isoladas de seus objetos ou de suas causas são espontaneamente evocadas e convocadas.

É muito comum atribuírmos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as idéias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo nosso grupo. Estamos em tal harmonia com os que nos circundam, que vibramos em uníssono e já não sabemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros. Quantas vezes expressamos, com uma convicção que parece muito pessoal, reflexões tiradas de um jornal, de um livro ou de uma conversa! Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver, que nos surpreenderíamos ao descobrir quem é seu autor e constatar que não são nossas. "Já havíamos pensado nisso" — não percebemos que somos apenas um eco. Toda a arte do orador talvez consista em passar aos que o escutam a ilusão de que as convicções e as sensa-

ções que neles desperta não lhes foram sugeridas de fora, mas surgiram neles mesmos, que o orador apenas adivinhou o que se criava no segredo de sua consciência e se limitou a emprestar-lhes sua voz. De qualquer maneira, cada grupo social se empenha em manter semelhante persuasão em seus membros. Quantas pessoas têm espírito crítico suficiente para discernir no que pensam a participação de outros, e para confessar para si mesmas que o mais das vezes nada acrescentam de seu? Às vezes ampliamos o círculo de nossas amizades e de nossas leituras, reconhecemos o mérito de um ecletismo que nos permite ver e conciliar os diferentes aspectos das questões e das coisas; mesmo assim, muitas vezes a dosagem de nossas opiniões, a complexidade dos nossos sentimentos e gostos é apenas a expressão dos acasos que nos puseram em contato com grupos diversos ou opostos, e nossa parte em cada modo de ver é determinada pela intensidade desigual das influências que eles exerceram em separado sobre nós. De qualquer maneira, à medida que cedemos sem resistência a uma sugestão externa, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que em geral a maioria das influências sociais a que obedecemos permanece desapercibida por nós. O mesmo acontece e talvez por razão ainda maior, quando no ponto de encontro de muitas correntes de pensamento coletivo que em nós se cruzam ocorre um desses estados complexos em que desejamos ver um acontecimento singular que só existirá para nós. Por exemplo, um homem em viagem subitamente se sente tomado por influências que emanam de um meio estranho a seus companheiros. Uma criança depara inesperadamente com circunstâncias em uma situação que não é própria de sua idade e seu pensamento se abre a preocupações e sentimentos de adultos. É uma mudança de local, de profissão, de família, que ainda não rompe inteiramente os laços que nos prendem aos nossos grupos antigos. Acontece que em casos semelhantes as influências sociais se fazem mais complexas, porque mais numerosas, mais entrecruzadas. Por isso não conseguimos desenredá-las tão bem e as distinguimos mais confusamente. Vemos cada ambiente à luz do outro ou outros e ao mesmo tempo à sua própria luz, e temos a impressão de resistir a ele. Sem dúvida, cada uma delas deveria sobressair mais nitidamente desse conflito

ou dessa combinação de influências. Como esses meios se opõem, temos a impressão de não estarmos envolvidos nem com um nem com outro. No primeiro plano acontece principalmente a estranheza da situação em que nos encontramos, o que basta para absorver o pensamento individual. Este acontecimento se interpõe, como uma tela, entre este e os pensamentos sociais, cuja conjugação o criou. Ele não pode ser plenamente compreendido por nenhum dos membros desses ambientes, somente por mim. Neste sentido, ele me pertence e desde o momento em que ocorre eu me sentiria tentado a explicá-lo por mim e somente por mim. No máximo, eu admitiria que as circunstâncias ou melhor, o encontro desses meios serviu de ocasião, permitiu a produção de um acontecimento há muito tempo compreendido em meu destino individual, o aparecimento de um sentimento que já estava potencialmente em minha alma. Como os outros o ignoraram e não tiveram (pelo menos é o que imagino) nenhuma participação em sua criação, mais tarde, quando ele reaparecer em minha memória, não terei nenhum meio de me explicar seu retorno — é que, de alguma forma ele se teria conservado exatamente assim em meu espírito. Não é nada disso. Essas lembranças que nos parecem puramente pessoais e tais que só nós as conhecemos e somos capazes de reencontrá-las, se distinguem das outras pela maior complexidade das condições necessárias para que sejam recordadas — em todo caso, esta é apenas uma diferença de grau.

Às vezes nos limitamos a observar que nosso passado compreende dois tipos de elementos: os que podemos evocar quando desejamos e os que, ao contrário, não atendem ao nosso apelo, se bem que tão logo os procuramos no passado nossa vontade parece bater num obstáculo. Na verdade, dos primeiros podemos dizer que estão no terreno comum, no sentido de que o que nos é assim familiar ou facilmente acessível, é igualmente familiar ou acessível para os outros. A idéia que mais facilmente representamos é composta de elementos tão pessoais e particulares quanto desejarmos, é a idéia que os outros fazem de nós, e os fatos de nossa vida que estão sempre mais presentes para nós também foram gravados na memória dos grupos que nos são mais chegados. Assim, os fatos e idéias que mais facilmente recordamos são do terreno comum, pelo menos para

um ou alguns ambientes. Essas lembranças existem para “todo o mundo” nesta medida e é porque podemos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes de recordá-las a qualquer momento e quando o desejamos. Das segundas, das que não conseguimos recordar à vontade, de bom grado diremos que não pertencem aos outros, mas a nós, porque somente nós podemos reconhecê-las. Por mais estranho e paradoxal que isto possa parecer, as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são as que dizem respeito somente a nós, constituem nosso bem mais exclusivo, como se só pudessem escapar aos outros na condição de escaparem também a nós.

Diremos que acontece conosco o mesmo que acontece a qualquer um que encerrou seu tesouro em um cofre-forte cuja fechadura é tão complicada que não consegue mais abri-lo, não sabe mais o segredo e terá de lançar-se ao acaso para fazê-lo reaparecer? Há uma explicação que ao mesmo tempo é mais natural e mais simples. Na verdade, entre as lembranças que evocamos facilmente e as que parecemos ter perdido, encontraremos todos os graus. As condições necessárias para que umas e outras reapareçam não diferem senão pelo grau de complexidade. Estas estão sempre a nosso alcance porque se conservam em grupos nos quais temos liberdade de entrar quando quisermos, nos pensamentos coletivos com os quais estamos sempre em estreito relacionamento, ainda que todos os seus elementos, todas as ligações entre esses elementos e as passagens mais diretas de uns aos outros nos sejam familiares. Aqueles nos são menos e mais raramente acessíveis, porque os grupos que os trariam para nós estão mais distantes, só estamos em contato com eles de modo intermitente. Há grupos que se associam ou se encontram com freqüência, embora possamos passar de um a outro, estar ao mesmo tempo em um e no outro; entre outros, as relações são muito reduzidas, quase invisíveis, e não temos nem oportunidade nem a idéia de percorrer as veredas escondidas pelas quais se comunicam. É nesses caminhos, nessas veredas escondidas que encontrariamos as lembranças que nos dizem respeito, assim como um viajante pode considerar sua propriedade um manancial, um grupo de rochedos, uma paisagem a que chegamos somente saindo da estrada, ou uma outra a que podemos atingir por uma trilha de-

serta mal traçada. Os atrativos desses atalhos estão nos dois caminhos, e nós os conhecemos — mas é preciso alguma atenção, talvez alguma sorte para que os encontremos novamente, podemos percorrer muitas e muitas vezes um e outro caminho sem pensar em procurar as paisagens, principalmente quando não se pode contar, para indicá-los, com os passantes que seguem esse ou aquele trajeto, porque eles não estão preocupados em ir aonde os levaria o outro.

Não tenhamos receio de voltar aos exemplos apresentados. Veremos que os atrativos ou os elementos dessas lembranças pessoais que parecem pertencer apenas a nós podem muito bem ser encontrados em meios sociais definidos e neles se conservarem, veremos também que os membros desses grupos (dos quais não deixamos de fazer parte) saberiam descobrir e mostrá-los para nós, se fizéssemos as perguntas certas. Nossos companheiros de viagem não conhecem os parentes, os amigos que deixáramos para trás, mas notaram que não nos envolvíamos inteiramente com eles. Em determinados momentos, sentiam que estávamos em seu grupo como um elemento estranho. Se mais tarde voltamos a encontrá-los, poderão nos fazer recordar que em tal parte da viagem estávamos distraídos ou que fizemos uma reflexão, pronunciávamos palavras que indicavam que o nosso pensamento não estava inteiramente com eles. A criança que se perdeu na floresta ou que se viu em algum perigo que nela despertou sentimentos de adulto, não disse nada sobre isso aos pais. No entanto, estes notaram que depois daquele incidente a criança não estava mais tão descuidada como antes, como se uma sombra houvesse passado sobre ela, e mostrava uma alegria de revê-los que não era exatamente a alegria de uma criança. Quando me mudei de uma cidade para uma outra, os habitantes desta última não sabiam de onde eu vinha, mas antes de estar adaptado ao novo meio, as minhas estranhezas, minhas curiosidades, minhas ignorâncias certamente não escaparam a toda uma parte de seu grupo. Sem dúvida, esses traços quase invisíveis de eventos sem grande importância para aquele meio em si não prenderam por muito tempo sua atenção. No entanto, uma parte de seus membros os encontraria ou pelo menos saberia onde procurar, se eu lhes contasse o evento que pôde deixá-los [sic].

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum. Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social.

Algumas dessas combinações são extremamente complexas. Por isso, não depende de nós fazê-las reaparecer. Temos de confiar no acaso, esperar que muitos sistemas de ondas, nos ambientes sociais em que transitamos materialmente ou em pensamento, se cruzem de novo e façam vibrar como antigamente o aparelho registrador que é a nossa consciência individual. Mas aqui o tipo de causalidade é o mesmo, e não poderia ser senão o mesmo de outrora. A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos, ou seja, em definitivo, pelas transformações desses ambientes, cada um tomado em separado, e em seu conjunto.

Diremos ser estranho que os estados que apresentam uma característica de unidade irredutível tão surpreendente e que nossas lembranças mais pessoais resultem da fusão de tantos elementos diversificados e isolados. Para começar, ao refletir, essa unidade se transforma em multiplicidade. Algumas vezes já se disse que ao aprofundar um estado de consciência verdadeiramente pessoal, voltamos a encontrar todo o conteúdo do espírito visto de um determinado ponto de vista. Em todo caso, por conteúdo do espírito devemos entender todos os elementos que marcam suas relações com os diversos ambientes. Um estado pessoal revela assim a complexidade da combinação de onde saiu. Sua aparente unidade se explica por uma ilusão bastante natural. Os filósofos mostraram que a sensação

de liberdade se explicaria pela multiplicidade de séries causais que se combinam para produzir uma ação.

A cada uma dessas influências, concebemos que uma outra se oponha, acreditamos que nosso ato é independente de todas essas influências, ainda que não esteja sob a dependência exclusiva de nenhuma delas. Então nos damos conta de que na verdade ele resulta de seu conjunto e está sempre dominado pela lei da causalidade. Aqui, da mesma forma, como a lembrança reaparece em função de muitas séries de pensamentos coletivos emaranhados e porque não podemos atribuí-la exclusivamente a nenhuma, imaginamos que é independente delas e contrapomos sua unidade à sua multiplicidade. É como acreditar que um objeto pesado, suspenso no ar por uma porção de fios tênues e entrecruzados, permaneça suspenso no vazio, e ali se sustenta.

Capítulo II

Memória coletiva e memória histórica

Ainda não estamos habituados a falar da memória de um grupo nem por metáfora. Aparentemente, uma faculdade desse tipo só pode existir e permanecer na medida em que estiver ligada a um corpo ou a um cérebro individual. Admitamos, contudo, que as lembranças pudessem se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas. Em outras palavras, o indivíduo participaria de dois tipos de memórias. Não obstante, conforme participa de uma ou de outra, ele adotaria duas atitudes muito diferentes e até opostas. Por um lado, suas lembranças teriam lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal — as mesmas que lhes são comuns com outras só seriam vistas por ele apenas no aspecto que o interessa enquanto se distingue dos outros. Por outro lado, em certos momentos, ele seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo. Se essas duas memórias se interpenetram com frequência, especialmente se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho, e toda essa contribuição de fora é assimilada e progressivamente in-

corporada à sua substância. Por outro lado, a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas — evolui segundo suas leis e, se às vezes determinadas lembranças individuais também a invadem, estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal.

Examinemos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. Não é menos verdade que não conseguimos lembrar senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, ou seja, nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela está muito estreitamente limitada no espaço e no tempo. A memória coletiva também é assim, mas esses limites não são os mesmos, podem ser mais estreitos e também muito mais distanciados. Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que faço parte foi teatro de certo número de acontecimentos a respeito dos quais digo que me lembro, mas que só conheci através de jornais ou pelo testemunho dos que neles estiveram envolvidos diretamente. Esses fatos ocupam um lugar na memória da nação — mas eu mesmo não os assisti. Quando os evoco, sou obrigado a me remeter inteiramente à memória dos outros, e esta não entra aqui para completar ou reforçar a minha, mas é a única fonte do que posso repetir sobre a questão. Muitas vezes não conheço tais fatos melhor ou de modo diferente do que acontecimentos antigos, ocorridos antes de meu nascimento. Trago comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso aumentar por meio de conversas ou de leituras — mas esta é uma memória tomada de empréstimo, que não é a minha. No pensamento nacional, esses acontecimentos deixaram um traço profundo, não apenas porque as instituições foram modificadas por eles, mas porque sua tradição subsiste muito viva nessa ou naquela região do grupo, partido político, província, classe profissional ou

mesmo nessa ou naquela família, entre certas pessoas que conheceram pessoas que os testemunharam. Para mim, são noções, símbolos; estão representados sob uma forma mais ou menos popular — posso imaginá-los, é quase impossível lembrar-me deles. Por uma parte da minha personalidade, estou envolvido no grupo, de modo que nada do que aí acontece enquanto faço parte dele, nada mesmo do que o preocupou e transformou antes que eu entrasse nele, me é completamente estranho. Mas se quisesse reconstituir em sua integridade a lembrança de tal acontecimento, seria preciso que eu juntasse todas as reproduções deformadas e parciais de que ela é objeto entre todos os membros do grupo. Ao contrário, minhas lembranças pessoais são inteiramente minhas, estão inteiras em mim.

Haveria portanto motivos para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por exemplo, uma interior ou interna, a outra exterior — ou então uma memória pessoal e a outra, memória social. Mais exatamente ainda (e do ponto de vista que terminamos de indicar), diríamos memória autobiográfica e memória histórica. A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história em geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira. Por outro lado, ela só representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, ao passo que a memória da nossa vida nos apresentaria dele um panorama bem mais contínuo e mais denso.

Entendendo-se que conhecemos nossa memória pessoal apenas de dentro e a memória coletiva de fora, haveria entre uma e outra um grande contraste. Eu me lembro de Reims porque lá vivi um ano inteiro. Lembro também que Joana d'Arc esteve em Reims e que lá Charles VII foi sagrado rei, porque ouvi dizer ou porque li. Joana d'Arc foi representada tantas vezes no teatro, no cinema etc., que realmente não tenho nenhuma dificuldade para imaginar Joana d'Arc em Reims. Ao mesmo tempo, sei muito bem que não posso ter sido testemunha do acontecimento em si: ateno-me aqui às palavras que li ou escutei, signos reproduzidos através dos tempos, que são tudo o que me chega desse passado. O mesmo acontece com todos os fatos históricos que conhecemos. Nomes próprios, datas, fórmulas que resumem uma longa seqüência de detalhes, às

vezes uma historinha ou uma citação: é o epitáfio dos fatos de outrora, tão curto, geral e pobre de sentido como a maioria das inscrições que lemos sobre os túmulos. A história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas.

Se o ambiente social passado subsistisse para nós somente em tais representações históricas e, se, de modo mais geral, contivesse apenas datas associadas a acontecimentos definidos em termos gerais ou recordações abstratas de acontecimentos, a memória coletiva permaneceria muito exterior a nós. Em nossas sociedades nacionais tão vastas, muitas existências transcorrem sem contato com os interesses comuns do número maior dos que lêem os jornais e prestam alguma atenção aos negócios públicos. Ainda que não nos isolemos a esse ponto, quantos períodos durante os quais, absorvidos pela sucessão dos dias, não sabemos mais "o que está acontecendo"? Mais tarde, acerca de tal parte de nossa vida, talvez nos lembremos de reagrupar os acontecimentos públicos contemporâneos mais notáveis. O que aconteceu em meu país, em 1877, quando nasci? Foi o ano do 16 de maio, quando a situação política se transformava de uma semana para outra, quando realmente nasceu a república. O ministério de Broglie estava no poder. Gambetta declarava: "Temos de nos sujeitar ou pedir demissão". O pintor Courbet morre nesse momento. Também nesse momento Victor Hugo publica o segundo volume de *A lenda dos séculos*. Em Paris, terminam o Boulevard Saint-Germain e começam a abrir a Avenue de la République. Na Europa, toda a atenção está concentrada na guerra da Rússia contra a Turquia. Depois de uma longa defesa heróica, Osmã Paxá entregará Plevna. Assim, reconstituo um contexto, um panorama muito amplo, em que me sinto singularmente perdido. A partir desse momento fui apanhado na corrente da vida nacional, mas sem muita convicção. Eu era como um viajante num barco. As duas margens passam sob seus olhos, a travessia se enquadra muito bem nessa paisagem, mas suponhamos que o viajante esteja absorvido em alguma reflexão ou distraído pelos companheiros de viagem — ele só se ocupará com o que acontece na margem de vez em quando; mais tarde saberá lembrar a travessia sem pensar muitos nos detalhes

da paisagem, ou seguir o traçado dessa travessia num mapa — assim, talvez volte a encontrar algumas lembranças esquecidas, detalhar mais as outras (ele as compreenderá melhor). No entanto, entre a região percorrida e o viajante realmente não terá havido contato.

Mais de um psicólogo gostará talvez de imaginar que, como auxiliares de nossa memória, os fatos históricos não desempenham um papel muito diferente das divisões do tempo marcadas num relógio ou determinadas pelo calendário. Nossa vida escoa num movimento contínuo. Contudo, quando nos voltamos para o que assim já transcorreu, podemos sempre distribuir suas diversas partes entre os pontos de divisão do tempo coletivo que encontramos fora de nós e que se impõem de fora a todas as memórias individuais, precisamente porque não têm sua origem em nenhuma delas. O tempo social assim definido seria totalmente exterior às durações vividas pelas consciências. Isto é evidente num relógio que mede o tempo astronômico — mas o mesmo acontece com as datas marcadas no quadrante da história, que correspondem aos fatos mais notáveis da vida nacional, que às vezes ignoramos quando ocorrem ou cuja importância só reconhecemos mais tarde. Nossas vidas estariam postas na superfície dos corpos sociais, segui-los-iam em suas revoluções, experimentariam as repercussões de seus abalos. Um acontecimento só toma lugar na série dos fatos históricos algum tempo depois de ocorrido. Portanto, somente bem mais tarde é que podemos associar as diversas fases de nossa vida aos acontecimentos nacionais. Nada provaria melhor a que ponto é artificial e exterior a operação que consiste em nos relacionarmos com as divisões da vida coletiva, como se fossem pontos de referência. Também nada mostraria mais claramente que na realidade estudamos dois objetos distintos quando fixamos nossa atenção quer na memória individual, quer na memória coletiva. Os acontecimentos e as datas que constituem a própria substância da vida do grupo não podem ser para o indivíduo mais do que sinais exteriores, aos quais ele não se relaciona a não ser sob a condição de se afastar de si.

Claro, se não tivesse outra matéria a não ser séries de datas ou listas de fatos históricos, a memória coletiva desempenharia apenas um papel secundário na fixação de nossas lembranças. Não

obstante, esta é uma concepção especialmente estreita, que não corresponde à realidade. Por essa mesma razão, foi difícil para nós apresentá-la dessa forma. Entretanto, era necessário, pois ela está de acordo com uma tese em geral aceita. É mais comum considerar-se a memória uma faculdade propriamente individual — ou seja, que aparece numa consciência reduzida a seus únicos recursos, isolada dos outros, e capaz de evocar, por vontade ou por acaso, os estados pelos quais passou antes. No entanto, como não é possível questionar o fato de que freqüentemente reintegramos nossas lembranças em um espaço e em um tempo sobre cujas divisões nos entendemos com os outros, de que nos situamos também entre datas que não têm sentido senão em relação aos grupos de que fazíamos parte, admitimos que seja assim mesmo. Entretanto, esta é uma espécie de mínima concessão que, no espírito daqueles que a consentem, não poderia atingir a especificidade da memória individual.

Stendhal observava: "Escrevendo minha vida em 1835... nela faço muitas descobertas... Ao lado de pedaços de afrescos bem conservados, não há datas; tenho de sair atrás das datas... A partir de minha chegada a Paris em 1799, como a minha vida estava entremeadada aos acontecimentos da gazeta, todas as datas são seguras... Em 1835, descubro a fisionomia e o porquê dos acontecimentos" (*Vie de Henri Brulard*). Pelo menos em aparência, as datas e os fatos históricos ou nacionais que elas representam (pois é exatamente neste sentido que Stendhal os entende) podem ser inteiramente exteriores às circunstâncias de nossa vida; no entanto, mais tarde, quando refletimos sobre eles, fazemos "muitas descobertas", entendemos "o porquê de muitos acontecimentos". Isto pode ser entendido em muitos sentidos. Quando folheio uma história contemporânea e passo em revista os diversos acontecimentos franceses ou europeus que se sucederam desde a data de meu nascimento, durante os oito ou dez primeiros anos de minha vida, tenho realmente a impressão de um contexto exterior cuja existência eu ignorava então, e aprendo a situar minha infância na história de meu tempo. Todavia, se assim esclareço exteriormente esta primeira fase de minha vida, nem por isso a minha memória foi muito enriquecida no que tem de pessoal e não

vejo brilharem novas luzes no meu passado de criança ou surgirem e se revelarem novos objetos. Talvez porque eu ainda não lia os jornais e (ainda que os fatos fossem mencionados a minha volta) não me metia nas conversas da gente grande. No presente, posso fazer uma idéia, mas uma idéia necessariamente arbitrária, das circunstâncias públicas e nacionais pelas quais meus pais deviam se interessar: não tenho nenhuma lembrança direta desses fatos, não mais do que das reações que eles determinaram nos meus. Parece-me que o primeiro acontecimento nacional que penetrou na trama das minhas impressões de criança foi o enterro de Victor Hugo (eu tinha oito anos). Eu me vejo ao lado de meu pai, subindo na véspera até o Arco do Triunfo na Place de l'Étoile, onde havia sido montado o catafalco e, no dia seguinte, assistindo ao desfile de uma sacada na esquina da rue Soufflot com a Gay-Lussac. Até essa data não repercutiram em mim ou no círculo estreito de minhas preocupações quaisquer dos abalos sofridos pelo grupo nacional a que eu estava confinado. No entanto, eu estava em contato com meus pais, abertos a muitas influências; em parte, eles eram o que eram porque viviam em tal época, tal país, em tais circunstâncias políticas e nacionais. Em seu aspecto habitual, na tonalidade geral de seus sentimentos, eu talvez não encontre o traço de eventos "históricos" determinados. Certamente houve na França, durante o período de dez, quinze e vinte anos que seguiu à guerra de 1870-1871, uma atmosfera psicológica e social singular, que não se encontraria em nenhuma outra época. Meus pais eram franceses dessa época, foi então que adotaram certos hábitos e assumiram certos traços que não deixaram de fazer parte de sua personalidade e que logo devem ter-se imposto à minha atenção. Portanto, a questão já não é mais de datas e de fatos. É claro, a história, mesmo contemporânea, freqüentemente se reduz a uma série de idéias abstratas demais — mas posso completá-las, posso trocá-las pelas idéias de imagens e impressões, quando olho os quadros, os retratos, as gravuras daqueles tempos, quando sonho com os livros que apareciam, com as peças representadas, com o estilo da época, as piadas e o tipo de espírito cômico então na moda. Não imaginemos agora que esse panorama de um mundo desaparecido há pouco, assim recriado por meios artificiais, vá se tornar o fundo um tanto factício sobre o qual projetaremos

os perfis de nossos pais e que lá exista uma espécie de ambiente químico em que voltaremos a mergulhar nosso passado para "revelá-lo". Muito pelo contrário, se o mundo de minha infância tal como o reencontro quando me lembro entra tão naturalmente no contexto que o estudo histórico desse passado próximo me permite reconstituir, é porque já trazia sua marca. Descubro que com um esforço de atenção suficiente eu poderia encontrar em minhas lembranças a imagem do ambiente que abrangia esse pequeno mundo. Agora se destacam e se juntam muitos detalhes dispersos, talvez familiares demais para que eu sonhasse em relacioná-los uns a outros e houvesse procurado seu significado. Aprendo a distinguir na fisionomia de meus pais e na aparência desse período o que não mais se explica pela natureza pessoal dos seres, pelas circunstâncias tais como teriam podido se reproduzir em qualquer outro tempo, mas pelo ambiente nacional contemporâneo. Meus pais, como todas as pessoas, pertenciam a seu tempo, assim como seus amigos e todos os adultos com quem eu tinha contato naquela época. Quando quero imaginar como vivíamos, como pensávamos naquele período, é para eles que volto minha reflexão. É isso que faz a história contemporânea me interessar de maneira completamente diferente da história dos séculos precedentes. Sim, é claro, não posso dizer que me lembro em detalhes dos acontecimentos, pois só os conheço pelos livros. Contudo, diferente de outras épocas, esta vive em minha memória, pois nela estive mergulhado e toda uma parte de minhas lembranças de então é apenas seu reflexo.

Assim, mesmo quando se trata de lembranças de nossa infância, é melhor não fazer distinção entre uma memória pessoal, que reproduziria mais ou menos as nossas impressões de outrora, que absolutamente não nos permitirá sair do estreito círculo de nossa família, da escola e dos amigos, e uma outra memória, que se poderia chamar de histórica, contendo apenas acontecimentos nacionais que não poderíamos conhecer então — embora com uma, à nossa revelia, tivéssemos acesso a um ambiente em que nossa vida já se desenrolava, ao passo que a outra só nos deixaria em contato conosco mesmos ou com um eu realmente ampliado até os limites do grupo que encerra o mundo da criança. Nossa memória não se

apóia na história aprendida, mas na história vivida. Por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto.

Seremos censurados por despojar essa forma da memória coletiva que seria a história desse caráter impessoal, dessa precisão abstrata e dessa relativa simplicidade que dela fazem um contexto em que nossa memória individual poderia se apoiar. Se nos ativermos às impressões que esses acontecimentos nos deram, seja a atitude de nossos pais diante de fatos que mais tarde teriam um significado histórico, sejam somente os costumes, as maneiras de agir e de falar de uma época... em que elas se distinguem de tudo o que ocupa nossa vida de criança, e que a memória nacional não reterá? Como a criança seria capaz de atribuir valores diferentes às partes sucessivas do quadro que a vida lhe apresenta e, principalmente, por que se espantaria com os fatos ou os episódios que retêm a atenção dos adultos porque estes dispõem, no tempo e no espaço, de muitos termos de comparação? Uma guerra, um tumulto, uma cerimônia nacional, uma festa popular, um novo modo de locomoção — as obras que transformam as ruas de uma cidade podem ser pensadas de dois pontos de vista diferentes. São fatos singulares em seu gênero, que modificam a existência de um grupo. Entretanto, por outro lado, esses fatos se transformam em uma série de imagens que trespassam as consciências individuais. Quando se retém apenas essas imagens, no espírito de uma criança elas poderão se destacar das outras por sua singularidade, seu fragor, sua intensidade; mas o mesmo acontece com muitas imagens que não correspondem a acontecimentos de semelhante alcance. Uma criança chega à noite em uma estação de trens cheia de soldados. O fato de estarem retornando das trincheiras ou voltando para lá, ou simplesmente estejam em manobras, não a impressionarão nem mais, nem menos. O que era de longe o canhão de Waterloo, se não um ribombar confuso de trovão? Um ser como a criança, reduzido a suas percepções, guardará de tais espetáculos apenas uma lembrança frágil de pouca duração. Para que atinja a realidade histórica atrás da imagem, ela

terá de sair de si mesma, terá de ser posta no ponto de vista do grupo, para que possa ver como tal fato marca uma data — porque entrou no círculo das preocupações, dos interesses e das paixões nacionais. Mas nesse momento o fato deixa de se confundir com uma impressão pessoal. Retomamos o contato com o esquema da história. Portanto, é na memória histórica que temos de nos basear. É através dela que esse fato exterior à minha vida vem assim mesmo deixar sua impressão tal dia, tal hora, e a vista dessa impressão me fará recordar a hora ou o dia — a impressão em si é uma marca superficial, feita de fora, sem relação com minha memória pessoal e minhas impressões de criança.

Na base de uma descrição como essa há ainda a idéia de que os espíritos estão separados uns dos outros tão nitidamente quanto os organismos que seriam seu suporte material. Cada um de nós está em primeiro lugar e em geral permanece encerrado em si mesmo. Como explicar então que se comunique com os outros e harmonize o pensamento deles com os seus? Admitiremos então que esse indivíduo crie para si uma espécie de ambiente artificial, exterior a todos esses pensamentos pessoais, mas que os envolve, um tempo e um espaço coletivos, e uma história coletiva. É nesse tipo de contexto que se juntariam os pensamentos (impressões) dos indivíduos, o que pressupõe que cada um de nós deixasse por um momento de ser quem é. Logo voltaria a si, introduzindo em sua memória pontos de referência e divisões que traz prontas de fora. Neles prenderemos nossas lembranças, mas entre essas lembranças e esses pontos de apoio não haverá nenhuma relação íntima, nenhuma comunidade de substância. É por isso que as noções históricas e gerais desempenhariam aqui apenas um papel secundário, pois elas pressupõem a existência preliminar e autônoma da memória pessoal. As lembranças coletivas viriam se aplicar sobre as lembranças individuais e assim poderíamos agarrá-las mais cômoda e mais seguramente; mas para isso será preciso que as lembranças individuais já estejam ali — senão a nossa memória funcionaria no vazio. É assim que certamente houve um dia em que pela primeira vez encontrei tal colega ou, como diz Blondel, houve um primeiro dia em que fui à escola. Esta é uma memória histórica: mas se não guardei,

Memória
coletiva

interiormente, uma lembrança pessoal desse primeiro encontro ou desse primeiro dia, essa noção permanecerá no ar, o quadro permanecerá em branco, e nada recordarei. Tudo isso parece demonstrar que em todo ato de memória haja um elemento específico, que é a própria existência de uma consciência individual capaz de se bastar.

Podemos verdadeiramente distinguir, por um lado uma memória sem contextos, ou que só disporia da linguagem e algumas idéias tiradas da vida prática para classificar suas lembranças e, por outro lado, um panorama histórico ou coletivo, sem memória, ou seja, que absolutamente não seria construído, reconstruído e conservado nas memórias individuais? Não acreditamos nisso. Depois que ultrapassa a etapa da vida puramente sensitiva, a partir do momento em que se interessa pelo significado das imagens e dos quadros que vê, pode-se dizer que a criança pensa em comum com as outras pessoas, e que seu pensamento se divide entre o fluxo de impressões inteiramente pessoais e as diversas correntes do pensamento coletivo. A criança já não está mais encerrada em si mesma, pois seu pensamento agora domina perspectivas inteiramente novas, e onde ela sabe muito bem que não está só a passear seus olhares; entretanto, ela não saiu de si e, para se abrir a essas séries de pensamentos que são comuns aos membros de seu grupo, não é obrigada a esvaziar seu espírito, porque em algum aspecto e sob alguma relação, essas novas preocupações voltadas para fora sempre interessam o que chamamos aqui de homem interior, ou seja: elas não são inteiramente estranhas à nossa vida pessoal.

Stendhal criança assistiu, da galeria da casa em que morava, seu avô, a uma revolta popular que explodiu no começo da Revolução Francesa, em Grenoble: o Dia das Telhas. Diz ele: "A imagem não pode estar mais nítida para mim: Talvez já se tenham passado quarenta e três anos. Um operário chapeleiro ferido nas costas por um golpe de baioneta caminhava com muita dificuldade, sustentado por dois homens, sobre as costas dos quais havia passado os braços. Não estava uniformizado, sua camisa e sua calça de algodão cru estavam cheias de sangue. Ainda o vejo. O ferimento de onde o sangue saía em abundância era na parte baixa de suas costas, quase oposto ao umbigo... Revi esse infeliz em todos os andares da

DIA
das
TELHAS

escadaria (fizeram-no subir até o sexto andar). Como é natural, esta é a lembrança mais nítida que me restou daquele tempo" (*Vie de Henri Brulard*, p. 64). É uma imagem, mas uma imagem que está no centro de um quadro, de uma cena popular e revolucionária da qual Stendhal foi espectador — mais tarde, ele deve ter escutado muitas vezes sua descrição, principalmente quando essa revolta aparecia como o início de um período político muito agitado e de uma importância decisiva. Embora naquele momento ele ignorasse que esse dia teria seu lugar na história de Grenoble, pelo menos a inusitada animação da rua, os gestos e os comentários de seus pais bastariam para que tivesse compreendido que o acontecimento ultrapassava o círculo de sua família ou do bairro. Da mesma forma, num outro dia desse período, ele se vê na biblioteca, escutando o avô numa sala cheia de gente. "Mas por que essa gente? Em que ocasião? É o que a imagem não diz. É apenas uma imagem" (*ib.*, p. 60). Contudo, teria ele conservado essa lembrança, se ela não se situasse, como o Dia das Telhas, num contexto de preocupações que devem ter surgido nele durante esse período, através das quais ele já se envolvia numa corrente mais ampla do pensamento coletivo?

Talvez a lembrança não tenha sido apanhada de repente nessa corrente, e que passe algum tempo antes que compreendêssemos o sentido do acontecimento. O essencial é que o momento em que compreendemos vem logo, quando a memória ainda está viva. Assim, é da própria lembrança, em torno dela, que vemos de alguma forma raiar seu significado histórico. Pela atitude da gente grande diante do fato que nos impressionara tão vivamente, sabíamos muito bem que ele merecia ser retido. Se nos lembramos, é porque sentíamos que a nossa volta todos se preocupavam com ele. Mais tarde, compreenderemos melhor por quê. No começo, a lembrança estava muito dentro da corrente, mas foi retida por algum obstáculo, permaneceu perto demais da borda, agarrada nas ervas das margens. Da mesma forma, as correntes de pensamento social atravessam o espírito da criança, mas somente com o tempo arrastariam consigo tudo o que lhes pertence.

Eu me recordo (é uma de minhas lembranças mais antigas) que diante da nossa casa, na *rue Gay-Lussac*, onde é hoje o Institu-

to Oceanográfico, vizinho a um convento havia um pequeno hotel em que estavam alojados uns russos. Nós os víamos com bonés e túnicas de pele, sentados diante da porta, víamos suas mulheres e seus filhos. Talvez, apesar da estranheza de suas vestes e seus tipos, eu não tenha dado muita importância a eles por tanto tempo, se não houvesse observado que os passantes paravam e que até meus pais iam à sacada para vê-los. Eram habitantes da Sibéria, que haviam sido mordidos por lobos com raiva e há algum tempo estavam instalados em Paris, nas proximidades da *rue de Ulm* e da Escola Normal, para serem tratados por Pasteur. Ouvi este nome pela primeira vez e também pela primeira vez entendi que existiam sábios que faziam descobertas. Para falar a verdade, só compreendi tudo isso plenamente bem mais tarde — mas não creio que essa lembrança houvesse permanecido tão clara em meu espírito se, na ocasião em que essa imagem se formou, meu pensamento não já estivesse voltado para novos horizontes, para regiões desconhecidas em que eu me sentia cada vez menos isolado.

Essas ocasiões em que, depois de alguma comoção do meio social, a criança vê bruscamente se entreabrir o círculo estreito que a encerrava, essas revelações, por súbitas escapadas, de uma vida política, nacional, ao nível da qual ela não se eleva normalmente, são bastante raras. Quando se envolver nas conversas sérias dos adultos, quando começar a ler os jornais, terá a sensação de descobrir uma terra desconhecida. No entanto, não será a primeira vez que ela entra em contato com um meio mais amplo do que sua família ou o grupinho de seus amigos e dos amigos de seus pais. A gente grande, os pais, têm seus interesses, as crianças têm outros — e há muitas razões para que o limite que separa essas duas zonas não seja transposto. A criança também tem um relacionamento com uma categoria de adultos a que a simplicidade habitual de suas concepções aproxima. Esses adultos são, por exemplo, os empregados domésticos. Com eles a criança se entretém espontaneamente e compensa a reserva e o silêncio a que a condenam seus pais em relação a tudo o que "não é para a sua idade". Os empregados domésticos às vezes falam com muita liberdade diante da criança ou com ela, e as compreendem, porque eles às vezes se expressam como

crianças grandes. Quase tudo o que eu soube e pude compreender da guerra de 1870, da Comuna, do Segundo Império, da República, chegou a mim pelo que me contava uma velha criada, cheia de superstições e idéias preconcebidas, que aceitava sem questionar o panorama desses fatos e desses regimes, pintado pela imaginação popular. Por esse panorama me chegava o ruído confuso que é a maneira como o redemoinho da história se propaga pelos meios camponeses, operários, entre as pessoas simples. Meus pais, quando ouviam isso, davam de ombros. Nesses momentos, meu pensamento atingia confusamente, nem tanto os acontecimentos em si, pelo menos uma parte dos meios urbanos que por eles foram agitados. Hoje ainda, minha memória evoca esse primeiro panorama histórico de minha infância, junto com as minhas primeiras impressões. De qualquer maneira, é sob esta forma que primeiro imaginei os eventos que de pouco precederam meu nascimento — e, se até hoje reconheço a que ponto essas descrições eram imprecisas, não posso fingir não ter me interessado então por essa corrente obscura, na qual mais de uma dessas imagens imprecisas ainda não se encaixa, deformando-a, exatamente como as minhas lembranças de antigamente.

A criança também está em contato com seus avós, e através deles remonta a um passado ainda mais remoto. Os avós se aproximam das crianças, talvez porque, por diferentes razões, uns e outros se desinteressam pelos acontecimentos contemporâneos em que se prende a atenção dos pais. Marc Bloch diz: "Em sociedades rurais, é bastante comum que, durante o dia, quando o pai e a mãe estão ocupados nos campos ou nos mil trabalhos da casa, as crianças pequenas sejam confiadas à guarda dos 'velhos' e é destes, tanto e até mais do que dos pais, que estas recebem o legado de costumes e tradição de todo tipo" ("*Mémoire collective, traditions et coutumes*", *Revue de synthèse historique*, 1925, n.ºs 118-120, p. 79). Claro, os avós, as pessoas mais velhas também são "de seu tempo". Embora não perceba isso imediatamente, embora não distinga em seu avô os traços pessoais, o que parece explicar-se simplesmente pelo fato de estar velho e pertencer à sociedade antiga em que viveu, se formou e da qual guarda a marca, a criança sente confusamente que,

ao entrar na casa do avô, chegar a seu bairro ou na cidade em que ele mora, estará penetrando em uma região diferente, que não lhe é estranha, porque combina muito bem com a imagem e o modo de ser dos membros mais idosos de sua família. Aos olhos destes, e disso ela se dá conta, em certa medida a criança tem o lugar de seus próprios pais, mas pais que teriam permanecido crianças e não estariam totalmente presos na vida e na sociedade do presente. Como não se interessaria por acontecimentos que lhe dizem respeito e nos quais esteve envolvida, por tudo o que agora reaparece nos relatos dos velhos que esquecem a diferença dos tempos e, acima do presente, reatam o passado ao futuro? Não são apenas os fatos, mas os modos de ser e de pensar de outrora que se fixam assim na memória. As vezes lamentamos não haver aproveitado essa ocasião singular que tivemos de entrar em contato com períodos que hoje conheceremos somente de fora, pela história, por meio de quadros e da literatura. Em todo caso, muitas vezes é na medida em que a presença de um parente idoso está de alguma forma impressa em tudo o que este nos revelou sobre um período e uma sociedade antiga, que ela se destaca em nossa memória — não como uma aparência física um tanto apagada, mas com o relevo e a cor de um personagem que está no centro de todo um quadro, que o resume e o condensam. De todos os membros de sua família, porque Stendhal guardou uma lembrança tão profunda e nos traça um retrato tão vivo de seu avô? Não será porque este representava para ele o século XVIII que terminava, que ele houvesse conhecido alguns dos "filósofos" e que, através dele, pôde realmente penetrar naquela sociedade de antes da Revolução, à qual não deixará de estar ligado? Se a pessoa deste ancião não houvesse estado ligada desde cedo em pensamento às obras de Diderot, Voltaire, d'Alembert, a um gênero de interesses e de sentimentos que ultrapassava o horizonte de uma pequena província limitada e conservadora, ele não teria sido ele, quer dizer, aquele de seus familiares que Stendhal mais estimou e mais amou. Lembraria talvez com a mesma precisão, mas não teria ocupado tal destaque em sua memória. É o século XVIII, mas o século XVIII vivido, e no qual seu pensamento realmente se expandiu, que lhe restituirá em toda sua profundidade a aparência de

seu avô. Tanto é verdade, que os quadros coletivos da memória não conduzem a datas, a nomes e a fórmulas — eles representam correntes de pensamento e de experiência em que reencontramos nosso passado apenas porque ele foi atravessado por tudo isso.

A história não é todo o passado e também não é tudo o que resta do passado. Ou, por assim dizer, ao lado de uma história escrita há uma história viva, que se perpetua ou se renova através do tempo, na qual se pode encontrar novamente um grande número dessas correntes antigas que desapareceram apenas em aparência. Se não fosse assim, teríamos o direito de falar de memória coletiva, e que serviços nos prestariam contextos que subsistiriam apenas na qualidade de noções históricas, impessoais e despojadas? Os grupos, nos quais concepções foram outrora elaboradas, e um espírito que por algum tempo dominaram toda a sociedade, logo recuam e dão lugar a outros que, por sua vez, detêm por algum período o cetro dos costumes e moldam a opinião segundo novos modelos. Poderíamos acreditar que este mundo sobre o qual ainda vivemos, com nossos avós idosos, sumiu de repente. Como quase não nos restam lembranças que ultrapassem o círculo da família, desde o tempo intermediário entre aquele muito anterior ao nosso nascimento e a época em que os interesses nacionais contemporâneos se apoderarão de nosso espírito, tudo acontece como se houvesse uma interrupção durante a qual o mundo das pessoas idosas lentamente se apagou, enquanto o painel se recobria de novas características. Digamos que talvez não exista um ambiente nem um estado de pensamentos ou sensibilidades de outrora dos quais não subsistem vestígios, ou mais do que vestígios — enfim, tudo o que é necessário para recriá-lo temporariamente.

Parece-me ter sentido as últimas vibrações do romantismo no grupo que formei e reformei algumas vezes com meus avós. Por romantismo, não entendo apenas um movimento artístico e literário, mas um modo particular de sensibilidade que absolutamente não se confunde com as almas sensíveis do final do século XVIII, mas que também não se distingue muito claramente dele, e que em parte desapareceu na frivolidade do Segundo Império, mas que subsistia com maior tenacidade nas províncias mais distantes (lá en-

contrei seus últimos vestígios). Ora, é perfeitamente lícito reconstruirmos esse ambiente e reconstituirmos ao nosso redor essa atmosfera, especialmente por meio de livros, de gravuras, de quadros. Não se trata principalmente dos grandes poetas e suas obras mais importantes, que certamente produzem sobre nós uma impressão completamente diferente da que tiveram sobre seus contemporâneos. Temos também as revistas de época e toda aquela literatura "das famílias," em que de alguma forma está encerrado esse gênero de espírito que penetrava tudo e se manifestava sob todas as formas. Folheando essas páginas, parece-nos ver ainda os velhos pais que tinham os gestos, as expressões, as atitudes e os costumes que as gravuras reproduzem, temos a impressão de escutar suas vozes e reencontrar as mesmas expressões que eles usavam. Essas "revistas pitorescas" e esses "museus das famílias" talvez tenham subsistido por acidente. Talvez jamais sejam tirados de suas prateleiras e abertos. No entanto, quando volto a abrir esses livros, se volto a encontrar essas gravuras, esses quadros, esses retratos, não é absolutamente porque, levado por uma curiosidade de erudito ou por gostar de coisas velhas, eu vá consultar esses livros numa biblioteca ou examinar esses quadros num museu. Eles estão na minha casa, na casa de meus pais, eu os encontro na casa de amigos, eles prendem meus olhares nas margens do Sena, nas vitrines das lojas dos antiquários.

No final, tirando-se gravuras e livros, o passado deixou na sociedade de hoje muitos vestígios, às vezes visíveis, e que também percebemos na expressão das imagens, no aspecto dos lugares e até nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e em tais ambientes. Em geral nem prestamos atenção nisso... mas basta que a atenção se volte desse lado para notarmos que os costumes modernos repousam sobre camadas antigas que afloram em mais de um lugar.

Às vezes é preciso ir muito longe para descobrir ilhotas do passado conservadas como eram, e tão bem conservadas que de repente nos sentimos transportados a cinquenta ou sessenta anos atrás. Na Áustria, em Viena, um dia, na casa da família de um banqueiro para onde fui convidado, tive a impressão de me encontrar num *salon* francês dos anos 1830. Era menos a decoração

superficial, o mobiliário, era mais uma atmosfera mundana bastante singular, a maneira como se formavam os grupos, um não-sei-quê um tanto convencional e compassado, como um reflexo do *ancien régime*. Na Argélia, em uma região em que as moradias européias eram um tanto dispersas, e onde só se chegava de diligência, também me aconteceu observar cheio de curiosidade tipos de homens e mulheres que me pareciam familiares, porque eram parecidos com os que eu tinha visto em gravuras do Segundo Império e imaginava que, nesse isolamento e nesse distanciamento, os franceses tinham vindo se estabelecer ali logo depois da conquista e seus filhos deviam ter vivido sobre um pano de fundo de idéias e costumes que datavam ainda dessa época. De qualquer maneira, essas duas imagens, reais ou imaginárias, reuniam em meu espírito lembranças que me transportavam a semelhantes ambientes: uma tia velha que eu via muito bem em tal salão, um velho oficial aposentado que vivera na Argélia no início da colonização. Todavia, sem sair da França nem de Paris ou de uma cidade em que sempre vivemos, é fácil e freqüente fazer observações do mesmo gênero. Embora em meio século os aspectos urbanos tenham mudado muito, há de um quarteirão em Paris, até mais de uma rua ou um aglomerado de casas que sobressai do resto da cidade e que mantém sua fisionomia de outrora. Os habitantes se parecem com o bairro ou a casa. Em cada época há uma estreita relação entre as atitudes, o espírito de um grupo e o aspecto dos lugares em que este vive. Existiu uma Paris de 1860, cuja imagem está estreitamente ligada à sociedade e aos costumes contemporâneos. Para evocar, não basta procurar as placas que comemoram as casas em que viveram e em que morreram alguns personagens famosos dessa época, nem ler uma história das transformações de Paris. É na cidade e na população de hoje que um observador nota muitos traços de outrora, principalmente nas zonas menos nobres em que se refugiam as pequenas oficinas e ainda certos dias ou certas noites de festas populares na Paris comercial e operária, que mudou menos do que a outra. Talvez encontremos a Paris de outrora melhor nessas cidadezinhas da província, de onde não desapareceram os tipos, os próprios costumes, e as maneiras de falar

que já estive na *rue de Saint-Honoré* e nos *boulevards* parisienses do tempo de Balzac.

No mesmo círculo de nossos pais, nossos avós deixaram sua marca. Antigamente não nos dávamos conta dessas coisas, pois éramos mais sensíveis em relação ao que distinguia uma geração da outra. Nossos pais caminhavam à nossa frente e nos guiavam para o futuro. Chega um momento em que eles se detêm e nós passamos à frente. Agora temos de nos voltar para eles e nos parece que no presente foram tomados pelo passado e se confundem agora entre as sombras de antigamente. Marcel Proust, em algumas páginas emocionadas e profundas, descreve como, a partir das semanas que seguiram a morte de sua avó, lhe parecia que bruscamente, nos traços, na expressão e em toda a aparência, sua mãe pouco a pouco se identificava à que acabava de desaparecer e apresentava sua imagem — como se, através das gerações, um mesmo tipo se reproduzisse em dois seres sucessivos. Será este um simples fenômeno de transformação fisiológica e será preciso dizer que, se reencontramos nossos avós em nossos pais, é porque nossos pais envelhecem e, na escala das idades, os lugares deixados livres são rapidamente ocupados, pois estamos sempre descendo? Isso talvez aconteça porque nossa atenção mudou o sentido. Nossos pais e nossos avós representavam para nós duas épocas distintas e nitidamente separadas. Não percebíamos que nossos avós estavam mais envolvidos no presente e nossos pais no passado do que poderíamos imaginar. Entre o momento em que despertei no meio de gente e de coisas, dez anos haviam decorrido desde a guerra de 1870. O Segundo Império representava a meus olhos um período longínquo, correspondendo a uma sociedade que quase havia desaparecido. No presente, de doze a quinze anos me separam da grande guerra e imagino que para meus filhos a sociedade de antes de 1914, que eles não conheceram, recua da mesma forma a um passado que sua memória acredita não alcançar. Para mim, entre esses dois períodos, não há uma interrupção. É a mesma sociedade: transformada por experiências novas, talvez aliviadas de preocupações ou preconceitos antigos, enriquecida com elementos mais jovens, até certo ponto adaptada pois as circunstâncias mudaram — mas é a mesma. Há uma parte

mais ou menos grande de ilusão em mim, assim como em meus filhos. Chegará um momento em que, olhando à minha volta, não encontrarei senão um número pequeno dos que viveram e pensaram comigo e como eu antes da guerra, em que compreenderei, como algumas vezes tive a sensação e a inquietude, que novas gerações brotaram em cima da minha e que uma sociedade que em grande medida me é estranha por suas aspirações e costumes tomou o lugar dessa a que me ligo mais estreitamente — e meus filhos, mudando de ponto de perspectiva, se surpreenderão ao descobrir de repente que estou muito longe deles e que, por meus interesses, minhas idéias e minhas lembranças, eu estava muito perto de meus pais. Eles e eu certamente estaremos sob a influência de uma ilusão inversa: não estarei tão longe deles, pois meus pais não estão assim tão longe de mim — mas, conforme a idade e também as circunstâncias, nos espantamos sobretudo com as diferenças e semelhanças entre as gerações que ora se fecham sobre si mesmas e se afastam uma da outra, ora se juntam e se confundem.

Assim, como acabamos de demonstrar, a vida da criança mergulha mais do que se imagina nos meios sociais pelos quais ela entra em contato com um passado mais ou menos distanciada, que é como o contexto em que são guardadas suas lembranças mais pessoais. É neste passado vivido, bem mais do que no passado apreendido pela história escrita, em que se apoiará mais tarde a sua memória. Se antes ela não fazia distinção entre esse contexto e os estados de consciência que nele ocorriam, é verdade que, pouco a pouco, a separação entre seu pequeno mundo interno e a sociedade que o circunda acontecerá em seu espírito. Entretanto, do momento em que essas duas espécies de elementos inicialmente estiveram estreitamente fundidas, que terão parecido fazer parte de seu eu de criança, não se pode dizer que, mais tarde, todos os que correspondem ao meio social se apresentarão a ela como um contexto abstrato e artificial. Neste sentido é que a história vivida se distingue da história escrita: ela tem tudo o que é necessário para constituir um panorama vivo e natural sobre o qual se possa basear um pensamento para conservar e reconhecer a imagem de seu passado.

Porém, agora devemos ir mais longe. Ao crescer, especialmente quando se torna adulta, a criança participa de modo mais distinto e mais refletido com relação à vida e ao pensamento desses grupos de que fazia parte, no início quase sem perceber. Como isso não modificaria a idéia que ela tem de seu passado? Como as novas noções que ela adquire, noções sobre fatos, reflexões e idéias, não reagiriam sobre suas lembranças? Já repetimos muitas vezes: em medida muito grande, a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada. Claro, se pela memória somos remetidos ao contato direto com alguma de nossas antigas impressões, por definição a lembrança se distinguiria dessas idéias mais ou menos precisas que a nossa reflexão, auxiliada por narrativas, testemunhos e confidências dos outros, nos permite fazer de como teria sido o nosso passado. Não obstante, ainda que seja possível evocar de maneira tão direta algumas lembranças, é impossível distinguir os casos em que assim procedemos e aqueles em que imaginamos o que teria acontecido. Assim, podemos chamar de lembranças muitas representações que, pelo menos parcialmente, se baseiam em testemunhos e deduções — mas então, a parte do social, digamos, do histórico na memória que temos de nosso próprio passado, é bem maior do que podemos imaginar. Isso, porque desde a infância, no contato com os adultos, adquirimos muitos meios de encontrar e reconhecer muitas lembranças que, sem isso, teríamos esquecido rapidamente, em sua totalidade ou em parte.

Aqui deparamos com uma objeção já mencionada, que merece ser examinada mais de perto. Será que basta reconstruir (reconstituir) a noção histórica de um fato que certamente aconteceu, mas do qual não guardamos nenhuma impressão, para se constituir uma lembrança em todas as suas peças? Eu sei, por exemplo, porque alguém me disse e porque, refletindo, me pareceu correto, que houve um dia em que pela primeira vez fui à escola. Contudo, não tenho nenhuma lembrança pessoal e direta desse evento. Talvez porque tendo ido durante muitos dias sucessivos à mesma escola, todas essas lembranças se confundiram. Quem sabe ainda, porque

eu estava emocionado naquele primeiro dia — disse Stendhal: “Não tenho nenhuma memória de épocas ou momentos em que tenha sentido muito vivamente” (*Vie de Henri Brulard*). Será que basta que eu reconstitua o contexto histórico desse acontecimento para poder dizer que recriei sua lembrança?

Sim, se eu realmente não tivesse nenhuma lembrança desse acontecimento e se me ativesse a essa noção histórica a que estou reduzido, a consequência viria em seguida: um contexto vazio não pode se encher sozinho — interviria o saber abstrato, não a memória. Em todo caso, sem nos lembrarmos de um dia, podemos recordar um período; não é exato que a lembrança do período seja simplesmente a soma das lembranças de alguns dias. À medida que se distanciam os acontecimentos, temos o hábito de recordá-los sob a forma de conjuntos, sobre os quais às vezes se destacam alguns dentre eles, que abrangem muitos outros elementos — sem que possamos distinguir um do outro nem jamais enumerá-los por completo. É assim que, tendo estado sucessivamente em muitas escolas, pensionatos e colégios, tendo entrado a cada ano em uma turma nova, tenho uma lembrança geral de todos esses primeiros dias de aula, abrangendo o dia especial em que pela primeira vez entrei numa escola. No entanto, não posso dizer que me lembro desse primeiro dia, mas também não posso dizer que não lembro. Por outro lado, a noção histórica de minha entrada na escola não é abstrata. Para começar, desde então eu li certo número de narrativas, reais ou fictícias, em que são descritas as impressões de uma criança que entra pela primeira vez numa sala de aula. Pode ter acontecido que, depois de ler esses relatos, a lembrança pessoal que eu tinha de semelhantes impressões se tenha fundido com a descrição de algum livro. Lembro dessas descrições, talvez nelas estejam conservadas e delas retomo sem o saber tudo o que subsiste de minha impressão assim transposta. Seja como for, assim enriquecida, a idéia não é mais um simples esquema sem conteúdo. Acrescente-se que, da escola em que entrei pela primeira vez, conheço e encontro algo muito diferente de um nome, ou o lugar num plano. Ali estive cada dia naquela época, e a revi muitas vezes desde então. Mesmo que não houvesse revisto, conheci muitas outras escolas, levei meus filhos à

escola. Do ambiente familiar que deixava quando ia às aulas, lembro muitos traços, pois permaneci em contato com os meus: não é uma família *em geral*, mas um grupo vivo e concreto, cuja imagem se encaixa naturalmente no quadro do meu primeiro dia de aula, exatamente como eu o recio. Que objeção se tem desde então a que, refletindo sobre o que deve ter sido o nosso primeiro dia de aula, consigamos recriar sua atmosfera e sua aparência geral? Imagem flutuante, incompleta, com certeza e principalmente, imagem reconstruída: mas quantas lembranças que acreditamos ter conservado fielmente e cuja identidade não nos parece duvidosa, são também forjadas quase inteiramente sobre falsos reconhecimentos, conforme relatos e testemunhos cuja origem esquecemos! Sozinho, um contexto vazio não pode criar uma lembrança exata e pitoresca. No entanto, aqui o contexto está cheio de reflexões pessoais, lembranças familiares, e a lembrança é uma imagem introduzida em outras imagens, uma imagem genérica transportada ao passado.

Por isso é melhor não se falar em nenhuma memória histórica, pois a história corresponde a um ponto de vista adulto e as lembranças da infância só são conservadas pela memória coletiva porque no espírito da criança estavam presentes a família e a escola.

Da mesma forma, diremos: se quero juntar e detalhar com exatidão todas as minhas lembranças que poderiam me restituir a imagem e a pessoa de meu pai tal como o conheci, é inútil passar em revista os acontecimentos da história contemporânea, durante o período em que ele a viveu. Contudo, se encontro alguém que o conheceu e sobre ele me conta detalhes e circunstâncias que eu ignorava, se minha mãe amplia e completa o painel de sua vida e dela me esclarece determinadas partes que para mim permaneciam obscuras, não será verdade, dessa vez, que eu tenha a impressão de voltar a descer no passado e aumentar toda uma categoria de minhas lembranças? Esta não é uma simples ilusão retrospectiva, como se eu encontrasse uma carta dele que houvesse lido enquanto ele vivia, embora essas novas lembranças, correspondendo a impressões recentes, viriam se justapor às outras sem realmente se confundir com elas. Contudo, em seu conjunto, a lembrança de

meu pai se transforma e agora me parece mais conforme a realidade. A imagem que eu tinha de meu pai não parou de evoluir desde que o conheci, não apenas porque, durante sua vida, lembranças se juntaram a lembranças: mas eu mesmo mudei, e isso quer dizer que meu ponto de vista se deslocou, porque eu ocupava na minha família um lugar diferente e, principalmente, porque eu fazia parte de outros ambientes. Diremos que há uma imagem de meu pai que prevalece sobre todas as outras, por suas características autênticas — será esta que se fixou no momento em que ele morreu? E até este momento, quantas vezes ela já não se transformou? Além do mais, a morte, que põe termo à vida fisiológica, não detém bruscamente a corrente dos pensamentos tais como se desenvolvem no círculo daquele cujo corpo desaparece. Por mais algum tempo ainda nós o representamos como se ele estivesse vivo, permanece misturado à vida cotidiana, imaginamos o que diria e faria em tais ou quais circunstâncias. É no dia seguinte à morte que a atenção dos seus se fixa com mais força sobre sua pessoa. Nesse momento sua imagem está menos definida, transforma-se incessantemente, segundo as diversas partes evocadas de sua vida. Na realidade, a imagem de um desaparecido jamais se imobiliza. À medida que recua no passado, ela muda, porque certos traços se apagam e outros se destacam, conforme o ponto da perspectiva de onde a examinamos, ou seja, segundo as novas condições em que nos encontramos quando nos voltamos para ela. Tudo o que aprendo de novo sobre meu pai, e também sobre os que mantiveram relações com ele, todas as novas opiniões que tenho sobre a época em que ele viveu, todas as reflexões novas que me vêm à cabeça, à medida que me torno mais capaz de refletir e disponho mais termos de comparação, me levam a retocar o retrato que tenho dele. É assim que lentamente se degrada o passado, pelo menos tal como antes me parecia. As novas imagens recobrem as antigas, como nossos parentes mais próximos se interpõem entre nós e nossos ascendentes distantes, embora destes conheçamos apenas o que nos contam. Os grupos de que faço parte em diversas épocas não são os mesmos. Ora, é de seu ponto de vista que penso no passado... É preciso que minhas lembranças se renovem e se

completem, à medida que me sinto mais envolvido nesses grupos e participo mais estreitamente de sua memória.

Isto realmente pressupõe uma dupla condição: por um lado, que minhas próprias lembranças, tais como eram antes que eu entrasse nesses grupos, não fossem igualmente esclarecidas em todos os seus aspectos como se até agora não as houvéssemos percebido e compreendido inteiramente — e, por outro lado, que as lembranças desses grupos não deixem de estar relacionadas de alguma forma aos acontecimentos que constituem meu passado.

A primeira condição é correspondida porque muitas de nossas lembranças remontam a períodos em que, por falta de maturidade, de experiência ou de atenção, o sentido de mais de um fato, a natureza de mais de um objeto ou de uma pessoa meio que nos escapavam. Estávamos, por assim dizer, ainda muito envolvidos no grupo das crianças e em parte de nosso espírito já pertencíamos, mas não muito estreitamente, ao grupo dos adultos. Daí alguns efeitos de claro-escuro: o que interessa a um adulto também nos atinge, mas em geral pela única razão de sentirmos que os adultos se interessam por aquilo, e permanece em nossa memória como um enigma ou como um problema que não compreendemos, mas sentimos que pode ser resolvido. Às vezes, na hora, não chegamos a notar essas zonas obscuras, esses aspectos indecisos, mas absolutamente não os esquecemos porque eles circundam as nossas lembranças mais claras e nos ajudam a passar de uma a outra. Quando uma criança dorme em sua cama e acorda no trem, seu pensamento encontra uma segurança no sentimento que permaneceu aqui e ali sob a vigilância de seus pais, sem que possa explicar como e por que eles agiram nesse meio tempo. Há muitos graus nessa ignorância ou nessa incompreensão e, num ou noutro sentido, jamais atingimos o limite da clareza total ou da sombra completamente impenetrável.

Uma cena de nosso passado pode nos parecer tal que jamais teremos nada a tirar nem a acrescentar, e nela jamais haverá nada de mais ou de menos a compreender. No entanto, se encontramos alguém que nela estivesse envolvido ou a ela tenha assistido, que a evoca e conta — depois de escutar sua história já não estaremos tão certos quanto antes estivemos de não podermos nos enganar sobre a

ordem dos detalhes, a importância relativa das partes e o sentido geral do acontecimento: é impossível que duas pessoas que presenciaram um mesmo fato o reproduzam com traços idênticos quando o descrevem algum tempo depois. Voltemos mais uma vez aqui à vida de Henri Brulard. Stendhal conta como ele e dois amigos, ainda crianças, deram um tiro de pistola na árvore da Fraternidade. É uma sucessão de cenas muito simples. Contudo, a cada instante, seu amigo R. Colomb, anotando o manuscrito, destaca os erros. Diz Stendhal: "Os soldados quase nos tocavam, fugimos pela porta G da casa de meu avô, mas nos viram muito bem. Todo o mundo estava nas janelas. Muitos aproximavam velas e iluminavam". Colomb escreve: "Erro. Tudo isso aconteceu quatro minutos depois do golpe. Estávamos os três na casa". Stendhal continua: "Ele e um outro [talvez Colomb] entraram na casa de duas velhas modistas muito devotas". Os comissários chegam. As velhas jansenistas mentem, dizendo que eles passaram toda a noite lá. Nota de R. Colomb: "Apenas H.B. [Stendhal] entra na casa das *mademoiselles* Caudey. R.C. [ele mesmo] e Mante fugiram pela passagem nos celeiros e assim atingiram a Grande-Rue". Stendhal: "Quando não escutamos mais os comissários, nós saímos e continuamos a subir até a passagem". Colomb: "Erros". Stendhal: "Mante e Treillard, mais ágeis do que nós [Colomb: "Treillard não estava com nós três".], no dia seguinte nos contaram que, quando conseguiram chegar à porta da Grande-Rue, a encontraram ocupada por dois guardas. Começaram a falar da amabilidade das senhoritas com quem haviam passado a noite. Os guardas não lhes fizeram nenhuma pergunta e eles fugiram. A história que eles contaram me deram uma tal impressão de realidade, que eu não saberia dizer se não teria sido Colomb e eu que saímos falando da amabilidade das senhoritas". Colomb: "Na realidade, R.C. e Mante subiram para os sótãos, onde R.C., com o peito cheio de catarro, encheu a boca de suco de alcaçuz, para que sua tosse não atraísse a atenção dos exploradores da casa. R.C. lembra-se de um corredor pelo qual se passava a uma escada de serviço que dava na Grande-Rue. Foi lá que eles viram duas pessoas, que tomaram por agentes de polícia, e começaram a conversar tranquilamente, como crianças que voltavam das brincadeiras". Stendhal: "Escrevendo isto,

a imagem da árvore da Fraternidade surge a meus olhos. Minha memória faz descobertas. Acredito ver a árvore da Fraternidade cercada por um muro de meio metro de altura, enfeitado com pedras, que sustentava uma grade de ferro de mais de um metro e meio de altura". R.Colomb: "Não". — Não era inútil observar, num exemplo, que partes de uma narrativa que até então lhe pareciam tão claras quanto as outras, de repente mudarão de aparência, se tornarão obscuras ou incertas, até darem lugar a traços e caracteres opostos, a partir do momento em que uma outra testemunha coteja suas lembranças com as nossas. A imaginação de Stendhal encheu as lacunas de sua memória: em sua narrativa tudo parece digno de fé, uma mesma luz brilha sobre todas as paredes — mas descobrimos as fissuras quando as examinamos sob um outro ângulo.

Inversamente, não há na memória vazio absoluto, ou seja, regiões de nosso passado a esta altura saídas de nossa memória que qualquer imagem que ali projetamos não pode se agarrar a nenhum elemento de lembrança e descobre uma imaginação pura e simples, ou uma representação histórica que permaneceria exterior a nós. Não esquecemos nada, mas essa proposição pode ser entendida em diferentes sentidos. Para Bergson, o passado permanece inteiro em nossa memória, exatamente como foi para nós; mas certos obstáculos, em especial o comportamento de nosso cérebro, impedem que evoquemos todas as suas partes. Em todo caso, as imagens dos acontecimentos passados estão completíssimas em nosso espírito (na parte inconsciente de nosso espírito), como páginas impressas nos livros que poderíamos abrir se o desejássemos, ainda que nunca mais vejamos a abri-los. Para nós, ao contrário, o que subsiste em alguma galeria subterrânea de nosso pensamento não são imagens totalmente prontas, mas — na sociedade — todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado que representamos de modo incompleto ou indistinto, e que até acreditamos terem saído inteiramente de nossa memória. De onde se conclui que, quando o acaso nos põe novamente na presença dos que participaram dos mesmos acontecimentos, neles atuaram ou a eles testemunharam ao mesmo tempo que nós, quando alguém nos conta ou descobrimos de outra maneira o que então acontecia a nossa volta, estaríamos

preenchendo essas lacunas aparentes? Na realidade, o que tomamos por espaço vazio era apenas uma zona um tanto indecisa, da qual nosso pensamento desviava porque aí encontrava muito poucos vestígios. No presente, se nos indicarem com precisão o caminho que seguimos, esses vestígios se destacam, nós os ligamos uns aos outros, eles se aprofundam e se reúnem por si mesmos. Eles existiam, mas estavam mais acentuados na memória dos outros do que em nós. Claro, nós reconstruímos, mas essa reconstrução funciona segundo linhas já marcadas e planejadas por nossas outras lembranças ou por lembranças de outros. As novas imagens são atraídas ao que permaneceria indeciso e inexplicável sem essas outras lembranças, mas nem por isso são menos reais. É assim que, quando percorremos os bairros antigos de uma cidade grande, sentimos uma especial satisfação quando nos contam a história dessas ruas e dessas casas. São novas informações que nos parecem bastante familiares porque estão de acordo com nossas impressões, não será difícil tomarem lugar no cenário remanescente. Parece-nos que este mesmo cenário, e somente ele, poderia evocá-las, e o que imaginamos não é senão o desdobramento do que já percebíamos. O quadro que se desenrola sob nossos olhos estava carregado de um significado que permanecia obscuro para nós, do qual adivinhávamos alguma coisa. A natureza dos seres com quem vivemos deve ser descoberta e explicada à luz de toda a nossa experiência, tal como ela se formou nos períodos seguintes. O novo painel projetado sobre os fatos que já conhecemos, nos revela mais de um traço que ocorre neste e que dele recebe um significado mais claro. É assim que a memória se enriquece com as contribuições de fora que, depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado seu lugar, não se distinguem mais de outras lembranças.

Para que a memória dos outros venha assim a reforçar e completar a nossa, como dizíamos, é preciso que as lembranças desses grupos não deixem de ter alguma relação com os acontecimentos que constituem meu passado. Cada um de nós pertence ao mesmo tempo a muitos grupos, mais ou menos amplos. Ora, se fixamos nossa atenção nos grupos maiores, como a nação por exemplo, embora a

nossa vida e a de nossos pais ou nossos amigos estejam contidas na vida da nação, não se pode dizer que esta se interesse pelos destinos individuais de cada um de seus membros. Admitamos que a história nacional seja um resumo fiel dos acontecimentos mais importantes que modificaram a vida de uma nação, que se distingue das histórias locais, provinciais, urbanas pelo fato de reter apenas os fatos que interessam ao conjunto de cidadãos — ou melhor, dos cidadãos, enquanto membros da nação. Para que a história assim entendida, mesmo sendo muito detalhada, nos ajude a conservar e reencontrar a lembrança de um destino individual, é preciso que o indivíduo considerado tenha sido ele mesmo um personagem histórico. Claro, há momentos em que todos os homens de um país esquecem seus interesses, sua família, os grupos restritos em cujos limites normalmente seu horizonte se detém. Existem acontecimentos nacionais que modificam ao mesmo tempo todas as existências. São raros. Não obstante, eles podem oferecer a todos os indivíduos de um país alguns pontos de referência no tempo. Em geral a nação está distanciada demais do indivíduo para que este considere a história de seu país algo diferente de um contexto muito amplo, com o qual sua história pessoal tem pouquíssimos pontos de contato. Em muitos romances que traçam o destino de uma família ou de uma pessoa, não importa lá muito saber a época em que se desenrolam os acontecimentos, que não perderiam nada de seu conteúdo psicológico se os transportássemos de um período para outro. Não é verdade que a vida interior se intensifica à medida que se isola das circunstâncias exteriores, que passam ao primeiro plano da memória histórica? Se mais de um romance ou peça de teatro são situados por seu autor em um período afastado muitos séculos de nós, não será este em geral um artifício para separar o contexto dos fatos do presente e permitir sentir-se melhor a que ponto do jogo dos sentimentos é independente dos eventos da história e se parece consigo mesmo através dos tempos? Se, por memória histórica, entendemos a sequência de eventos cuja lembrança a história conserva, não será ela, não serão seus contextos que representam o essencial disso que chamamos de memória coletiva.

história
+
pessoal
nação
história

No entanto, entre o indivíduo e a nação há muitos outros grupos, mais restritos do que esta, que também têm suas memórias, e cujas transformações reagem bem mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros. Quando um advogado guarda lembrança de causas que defendeu e um médico, dos doentes que tratou, se um e outro se lembra dos colegas de profissão com quem manteve contato, não avançará muito ao fixar sua atenção em todas essas imagens, no detalhe de sua vida pessoal, e não evocará tanto assim preocupações e pensamentos ligados a seu próprio eu de antigamente, aos destinos de sua família, a suas relações de amizade — a tudo o que constitui sua história? Sim, este é apenas um aspecto de sua vida. Mas, repetimos, cada pessoa está mergulhada ao mesmo tempo ou sucessivamente em muitos grupos. Cada grupo se divide e se contrai no tempo e no espaço. Nessas sociedades surgem outras tantas memórias coletivas originais, e por algum tempo mantêm a lembrança de eventos que só têm importância para elas, mas interessam tanto mais porque seus membros não são muito numerosos. É fácil ser esquecido numa grande cidade, mas os moradores de uma aldeia não param de se observar, e a memória de seu grupo registra fielmente tudo o que se pode observar em fatos e gestos de cada um, porque eles reagem e influenciam toda essa pequena sociedade e contribuem para modificá-la. Nesses meios, todos os indivíduos pensam e se lembram em comum. Cada um, é claro, tem seu ponto de vista e em relação e correspondência tão estreitas com os dos outros que, se suas lembranças se distorcem, basta que se ponham no ponto de vista dos outros para endireitá-las.

De tudo o que foi dito antes, concluímos que a memória coletiva não se confunde com a história e que a expressão *memória histórica* não é muito feliz, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto. A história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo. Em geral a histó-

ria só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto subsiste uma lembrança, é inútil fixá-la por escrito ou pura e simplesmente fixá-la. A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e até mesmo de uma pessoa só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas testemunhas que conservam alguma lembrança. Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, o próprio evento que nele esteve envolvido ou que dele teve conseqüências, que a ele assistiu ou dele recebeu uma descrição ao vivo de atores e espectadores de primeira mão — quando ela se dispersa por alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades que não se interessam mais por esses fatos que lhes são decididamente exteriores, então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-los por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem. Se a condição necessária para que exista a memória é que o sujeito que lembra, indivíduo ou grupo, tenha a sensação de que ela remonta a lembranças de um movimento contínuo, como poderia a história ser uma memória, se há uma interrupção entre a sociedade que lê essa história e os grupos de testemunhas ou atores, outrora, de acontecimentos que nela são relatados?

É claro, um dos objetivos da história talvez seja justamente lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida. Mas como recriar correntes de pensamento coletivo que tomam seu impulso no passado, enquanto só temos influência sobre o presente? Por meio de um trabalho minucioso, os historiadores podem redescobrir e atualizar certa quantidade de fatos grandes e fatos pequenos, que se acreditava perdidos para sempre, especialmente quando têm a sorte de encontrar memórias inéditas. Contudo, por exemplo, se as *Memórias de Saint-Simon* foram publicadas no início do século XIX, pode-se dizer que a sociedade francesa de 1830 realmente retomou contato — um contato vivo e direto — com o final do século XVII e o tempo da Regência? O que foi passado dessas *Memórias* nas histórias elementares, aque-

las que são lidas por muita gente para criar estados de opinião coletivos? O único efeito dessas publicações é nos fazer entender a que ponto estamos distantes do autor e dos que são por ele descritos. Não basta que alguns indivíduos dispersos tenham dedicado a essa leitura o tempo de esforço e atenção para inverter as barreiras que nos separam dessa época. O estudo da história assim entendida está reservado para alguns especialistas, e mesmo que existisse uma sociedade de leitores das *Memórias de Saint-Simon*, ela seria decididamente limitada demais para tocar um público numeroso.

A história que deseja examinar muito de perto o detalhe dos fatos se torna erudita e a erudição é condição de uma pequena minoria. Quando, ao contrário, ela se atém a conservar a imagem do passado que ainda pode ter lugar na memória coletiva hoje, dela retém apenas o que ainda interessa às nossas sociedades — resumindo: muito pouco.

A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, não ultrapassa os limites desse grupo. Quando um período deixa de interessar o período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: na realidade, há dois grupos que se sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como distribuímos a matéria de uma tragédia em muitos atos. Mas, ao passo que em uma peça, de um ato a outro, acontece a mesma ação e com os mesmos personagens, que permanecem até o desenlace segundo suas individualidades, cujos sentimentos e paixões progridem num movimento ininterrupto, na história se tem a impressão de que tudo se renova de um período a outro — interesses em jogo, direção dos espíritos, modos de apreciação dos homens e dos acontecimentos, as tradições também, as perspectivas do futuro — e que se os mesmos grupos reaparecem, é porque subsistem as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes e também da natureza geral das sociedades. Mas os conjuntos de homens que constituem um mesmo grupo em dois períodos sucessivos são como duas toras em con-

tato por suas extremidades opostas, que não se juntam de outra forma, e realmente não formam um mesmo corpo.

Talvez não se veja desde o início, na sucessão de gerações, razão suficiente para que em um momento, mais do que em outros, sua continuidade seja interrompida, pois o número de nascimentos não varia muito de um ano para outro, embora a sociedade se assemelhe a um tecido, essa trama que se obtém fazendo-se deslizar séries de fibras animais ou vegetais umas sobre as outras, regularmente escalonadas. É verdade que o tecido de algodão ou seda se divide, e que as linhas de divisões correspondem ao fim de um motivo ou de um desenho. Acontecerá o mesmo com as sucessivas gerações?

A história, que se situa fora desses grupos e acima deles, não hesita em introduzir divisões simples na corrente dos fatos, cujo lugar está fixado de uma vez por todas. Com isso, ela apenas obedece a uma necessidade didática de esquematização. Parece que ela encara cada período como um todo, em boa parte independente do que o precede e do seguinte, porque tem a realizar uma tarefa — boa, má ou indiferente. Enquanto essa obra não estiver terminada, enquanto essas situações nacionais, políticas, religiosas não desenvolveram todas as conseqüências que comportavam sem levar em conta as diferenças de idade, tanto jovens como velhos estariam encerrados no mesmo horizonte. A partir do momento em que essa obra é encerrada, quando muitas novas tarefas se oferecem ou se impõem, as gerações que vêm estarão numa outra vertente, diferente das anteriores. Há alguns retardatários — mas os jovens arrastam consigo uma parte dos adultos mais velhos, que apressam o passo como se temessem “perder o bonde”. Inversamente, os que se distribuem entre as duas vertentes, ainda que estejam muito perto da linha que as separa, não se vêem melhor, ignoram-se uns aos outros como se estivessem mais abaixo, uns numa encosta, outros na outra, ou seja, mais longe no passado e no que não é mais passado ou, por assim dizer, em pontos mais distantes um do outro, na linha sinuosa do tempo.

Nem tudo é impreciso nesse quadro. Vistos de longe e em conjunto, principalmente vistos de fora, contemplados por um espectador que absolutamente não faz parte dos grupos que observa.

os fatos se deixam assim agrupar em conjuntos sucessivos e separados, cada período tem um começo, um meio e um fim. Mas a história que se interessa principalmente pelas diferenças e pelas oposições, assim como enfoca e relata uma determinada figura, de modo a deixar muito visíveis os traços dispersos no grupo, também relata e se concentra num intervalo de alguns anos de transformações que, na realidade, se realizaram em tempo bem mais longo. É possível que logo depois de um evento que abalou, destruiu em parte, renovou a estrutura de uma sociedade, comece um novo período. Só perceberemos isto mais tarde, quando uma sociedade nova realmente houver arrancado de si mesma novos recursos e se tiver proposto novos objetivos. Os historiadores não podem levar a sério essas linhas de separação, e imaginar que elas tenham sido observadas pelos que viviam durante os anos que elas atravessam, como o personagem de uma comédia que grita: "Hoje começa a guerra dos cem anos"! Quem sabe se, depois de uma guerra, de uma revolução, que tenha escavado um fosso entre duas sociedades, como se houvesse desaparecido uma geração intermediária, a sociedade jovem ou a parte jovem da sociedade, em harmonia com a porção idosa, não se preocupa principalmente em apagar os traços dessa ruptura, em reaproximar gerações extremas, e apesar de tudo manter a continuidade da evolução? É preciso que a sociedade viva; mesmo que as instituições sociais estejam profundamente transformadas, e então, sobretudo quando estiverem, o melhor meio de fazer com que elas criem raízes é fortalecê-las com tudo o que se puder aproveitar de tradições. Aí, logo depois dessas crises, repetimos: temos de recomeçar no ponto em que fomos interrompidos, é preciso retomar as coisas a partir do início. Em pouco tempo, imaginamos que nada mudou porque reatamos o fio da continuidade. Esta ilusão, da qual logo nos livraremos, pelo menos terá permitido que passemos de uma etapa a outra, sem que em momento algum a memória coletiva tenha sentido qualquer interrupção.

Em realidade, no desenvolvimento contínuo da memória coletiva na realidade não há linhas de separação claramente traçadas, como na história, mas apenas limites irregulares e incertos. O presente (entendido como o período que se estende por certa duração,

a que interessa à sociedade de hoje) não se opõe ao passado como dois períodos históricos vizinhos se distinguem. O passado não existe mais, enquanto para o historiador os dois períodos têm tanta realidade um como o outro. A memória de uma sociedade se estende até onde pode — quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos de que ela se compõe. Não é absolutamente por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de fatos e personalidades antigas, é porque os grupos que guardavam sua lembrança desapareceram. Se a duração da vida humana dobrasse ou triplicasse, o campo da memória coletiva, medido em unidades de tempo, seria bem mais extenso. Na época não estava claro que esta memória ampliada tivesse um conteúdo mais rico, se a sociedade ligada por tantas tradições evoluísse com maior dificuldade. Da mesma forma, se a vida humana fosse mais curta, uma memória coletiva, cobrindo uma duração mais restrita, talvez não empobrecesse porque, numa sociedade assim aliviada, as mudanças se precipitariam. Em todo caso, como se esboroa lentamente pelas bordas que marcam seus limites, à medida que cada um de seus membros, especialmente os mais velhos, desaparecem ou se isolam, a memória de uma sociedade não pára de se transformar, e o próprio grupo está sempre mudando. Aliás, é difícil dizer em que momento desapareceu uma lembrança coletiva, e se ela saiu realmente da consciência do grupo, precisamente porque basta que se conserve em uma parte limitada do corpo social para que ali sempre se consiga reencontrá-la.

Na realidade, existem muitas memórias coletivas. Esta é a segunda característica pela qual elas se distinguem da história. A história é uma e se pode dizer que só existe uma história. É isso que entendemos por história. Claro, podemos distinguir a história da França, a história da Alemanha, a história da Itália, e ainda a história de tal período ou de tal região, de uma cidade (e até mesmo de um indivíduo). Às vezes reprovamos ao trabalho histórico esse excesso de especialização e o gosto extremo do estudo detalhista que se desvia do conjunto e de alguma forma toma a parte pelo todo. Examinemos mais de perto. O que aos olhos do historiador justifica essas

pesquisas de detalhe, é que detalhe somado a detalhe dará um conjunto, que se acrescentará a outros conjuntos e no quadro total resultante de todas essas somas sucessivas, nada está subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto qualquer outro e tanto quanto qualquer outro merece ser posto em destaque e transcrito. Ora, esse gênero de avaliação acontece quando não se leva em conta o ponto de vista de nenhum dos grupos reais e vivos que existem, ou mesmo existiram, para os quais, ao contrário, todos os acontecimentos, todos os lugares e todos os períodos estão longe de apresentar a mesma importância, pois não foram afetados por eles da mesma maneira. Em todo caso, o historiador acredita ser muito objetivo e imparcial. Mesmo quando escreve a história de seu país, ele se esforça por reunir um conjunto de fatos que poderá ser justaposto a tal outro conjunto, à história de outro país, de tal maneira que não haja nenhuma interrupção de um a outro e que, no panorama total da história da Europa, não encontremos a reunião de diversos pontos de vista nacionais sobre os fatos, mas a série e a totalidade de fatos tais não a favor de tal país ou tal grupo e sim, independentes de qualquer opinião de grupo. A partir daí, num quadro assim, as próprias divisões que separam os países são fatos históricos, com o mesmo peso dos outros. Está tudo no mesmo plano. O mundo histórico é como um oceano para onde afluem todas as histórias parciais. Não é de surpreender que desde a origem da história e até mesmo em todas as épocas, se tenha pensado em escrever tantas histórias universais. Essa é a orientação natural do espírito histórico. Essa é a inclinação fatal, sobre a qual seria arrastado qualquer historiador, se não fosse retido no contexto de obras mais limitadas, por modéstia ou falta de fôlego.

Sim, a musa da história é Polímnia. A história pode se apresentar como a memória universal da espécie humana. Contudo, não existe nenhuma memória universal. Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço. Não podemos reunir em um único painel a totalidade dos eventos passados, a não ser tirando-o da memória dos grupos que guardavam sua lembrança, cortar as amarras pelas quais eles participavam da vida psicológica

dos ambientes sociais em que ocorreram, deles não reter somente o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de revivê-los em sua realidade, mas de recolocá-los nos contextos em que a história dispõe os acontecimentos, contextos esses que permanecem exteriores aos grupos, e defini-los cotejando uns com os outros. É dizer que a história se interessa principalmente pelas diferenças, e abstrai as semelhanças sem as quais, contudo, não haveria nenhuma memória, pois nós só nos lembramos de fatos que têm por traço comum pertencer a uma mesma consciência, o que lhe permite ligar uns aos outros, como variações sobre um ou alguns temas. Somente assim ela consegue nos proporcionar uma visão abreviada do passado, juntando em um instante, simbolizando em algumas mudanças bruscas, em alguns avanços dos povos e dos indivíduos, lentas evoluções coletivas. É assim que ela nos apresenta sua imagem única e total.

Ao contrário, para termos uma idéia da multiplicidade das memórias coletivas, imaginemos o que seria a história de nossa vida se, enquanto a contamos, nos detivéssemos a cada vez que nos lembrássemos de um dos grupos pelos quais passamos, para examiná-lo em si e dizer tudo o que dele sabemos. Não bastaria distinguir determinados conjuntos: nossos pais, a escola, o ginásio, nossos amigos, os colegas de profissão, nossas relações sociais, e mais tal sociedade política, religiosa ou artística a que nos ligamos em algum momento. Essas grandes divisões são cômodas, mas respondem a uma visão ainda exterior e simplificada da realidade. Essas sociedades compreendem grupos bem menores que ocupam apenas uma parte do espaço, e só tivemos contato com uma seção local de um ou outro dentre eles. Esses grupos menores se transformam, se segmentam, e embora permaneçamos no mesmo lugar sem sair de um grupo, este vai se transformando em outro grupo, por uma renovação lenta ou rápida de seus membros, que só terá poucas tradições em comum com os que os constituíam no início. É assim que, vivendo por muito tempo em uma mesma cidade, temos amigos novos, amigos antigos — e até dentro da família, os lutos, os casamentos, os nascimentos são outros pontos sucessivos de partida e de recomeço. Sim, esses grupos mais recentes às vezes não passam de subdivisões de uma sociedade que se ampliou, ramificou, na qual

novos conjuntos vieram se enxertar. Neles discernimos zonas distintas e quando passamos de uma para outra, não são as mesmas correntes de pensamento e as mesmas séries de lembranças que atravessam nosso espírito. É dizer que a maioria desses grupos, mesmo quando atualmente não estão divididos, como dizia Leibniz, representa todavia uma espécie de matéria social indefinidamente divisível, segundo as mais diversificadas linhas.

Consideremos agora o conteúdo dessas memórias coletivas múltiplas. Não diremos que, diferente da história, ou melhor, da memória histórica, a memória coletiva retém apenas semelhanças. Para que se possa falar de memória, é preciso que as partes do período sobre o qual ela se estende sejam diferenciados em certa medida. Cada um dos grupos tem uma história. Neles distinguimos personagens e acontecimentos — mas o que chama a nossa atenção é que, na memória, as semelhanças passam para o primeiro plano. No momento em que examina seu passado, o grupo nota que continua o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. A história, como já dissemos, deixa passar esses intervalos em que aparentemente nada acontece, em que a vida se limita a se repetir, sob formas um tanto diferentes, mas sem alteração essencial, sem ruptura nem perturbação. Mas o grupo que vive no primeiro instante e, sobretudo, para si mesmo, visa perpetuar os sentimentos e as imagens que formam a substância de seu pensamento. É o tempo decorrido, durante o qual nada o modificou profundamente, que ocupa o maior espaço em sua memória. Os eventos que ocorreram na família e os diversos caminhos e descaminhos de seus membros, sobre os quais insistiríamos se fôssemos escrever a história dessa família, para ela tiram todo o sentido daquilo que permite ao grupo de parentes mostrar que ele tem realmente uma característica própria, distinta de todos os outros, e praticamente não muda. Se, ao contrário, o acontecimento, a iniciativa de um ou de alguns de seus membros ou, enfim, se circunstâncias exteriores introduzissem na vida do grupo um elemento novo, incompatível com seu passado, surgiria um outro grupo, dotado de memória própria, em que subsistiria apenas uma lembrança incompleta e confusa do que precedeu essa crise.

A história é um painel de mudanças, é natural que esteja convencida de que as sociedades estão sempre mudando, porque fixa seu olhar no conjunto e quase não passa um ano sem que ocorra alguma transformação em alguma região desse conjunto. Para a história tudo está ligado, por isso cada uma dessas transformações deve reagir sobre as outras partes do corpo social e preparar aqui ou ali uma nova mudança. Aparentemente, a série de acontecimentos históricos é descontínua, cada fato está separado do que o precede ou o segue por um intervalo, em que se pode até acreditar que nada aconteceu. Na realidade, os que escrevem a história e observam principalmente as mudanças, as diferenças, compreendem que para passar de uma a outra é preciso que se desenvolva uma série de transformações, das quais a história só percebe a soma (no sentido de cálculo integral) ou o resultado final. Esse é o ponto de vista da história, porque ela examina os grupos de fora e abrange um período bastante longo. A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que de modo geral, lhe é bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesma que certamente se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele sempre se reconheça nessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um painel de semelhanças, é natural que se convença de que o grupo permaneça, que tenha permanecido o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo e o que mudou foram as relações ou contatos do grupo com os outros. Como o grupo é sempre o mesmo, as mudanças devem ser aparentes: as mudanças, ou seja, os acontecimentos que ocorreram no grupo, se resolvem em semelhanças, pois parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, os diversos traços essenciais do próprio grupo.

No final das contas, como seria possível uma memória... não é lá muito paradoxal pretender conservar o passado no presente, ou introduzir o presente no passado, se não podem existir duas zonas de um mesmo domínio e se o grupo não tendesse a se fechar em uma forma relativamente imóvel, à medida que entra em si mesmo, em que ao lembrar, toma consciência de si e se isola dos outros?

Talvez ele esteja sob o choque de uma ilusão quando acredita que as semelhanças prevalecem sobre as diferenças, mas lhe será impossível dar-se conta disso pois a imagem que outrora fazia de si se transformou lentamente. No entanto, quer se tenha ampliado ou fechado, em nenhum momento esse panorama se rompeu, podemos sempre admitir que o grupo somente aos poucos fixou a atenção sobre partes de si mesmo que antigamente ficavam em segundo plano. O essencial é que subsistam os traços pelos quais ele se distingue dos outros e que estejam marcados em todo o seu conteúdo. Não é verdade que quando temos de nos separar de um desses grupos, não uma separação temporária, mas porque o grupo se dispersa, os últimos membros desaparecem, uma mudança de lugar, de carreira, de simpatias ou de convicções nos obriga a dizer adeus, quando nós nos lembramos então de todo o tempo que nele passamos, essas lembranças se oferecem a nós como se num mesmo plano: às vezes nos parece que as mais antigas são as mais próximas, ou antes, que todas recebem a mesma luz, como objetos se fundindo juntos ao crepúsculo...

É difícil conceber como despertaria em uma consciência isolada o sentimento da identidade pessoal, talvez porque nos parece que um homem inteiramente só não poderia se lembrar de modo algum. Contudo, se admitimos que no mínimo não muda o ambiente exterior no qual estaria um ser assim, se ele não estiver sempre mudando de lugar, nada impediria que se habituasse pouco a pouco aos objetos materiais que o circundam e que se apresentam freqüentemente a seus olhos. Revendo os mesmos lugares, ele talvez recordará que já os viu e este poderia ser seu ponto de partida de um sentimento do eu. É claro, nem tudo é uniforme neste círculo material e segundo o acaso de seus impulsos, ele um dia irá para esse lado, em outro dia para aquele. Movimentando-se num círculo limitado e voltando muitas vezes sobre seus próprios passos na região em que se desloca, nada o impede de ser mais sensível às semelhanças do que às diferenças. Todos esses objetos realmente se parecem, pelo fato de estarem mais ou menos estreitamente ligados em sua consciência. Ainda não é uma sociedade, mas o homem já pode sentir que é duplo, pois enquanto um grande número de suas

impressões se sucede sem deixar traços, outros se agarram a objetos estáveis; ele deve perceber que em si contém dois seres — um que está sempre mudando e não passa de (desaparecimento no passado) aparição breve e desaparecimento imediato que absolutamente não se conserva e não deixa traços; o outro que não...

